



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DE BRAGA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

O uso do plágio de forma inconsciente na elaboração de trabalhos escolares por alunos do Ensino Básico e Secundário

Relatório de Prática de Ensino Supervisionada

II Ciclo de Estudos em Ensino de Informática

Joaquim Frias

Orientador Científico: Professor Doutor Francisco Restivo

Braga, 2013



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DE BRAGA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

O uso do plágio de forma inconsciente na elaboração de trabalhos escolares por alunos do Ensino Básico e Secundário

Relatório de Prática de Ensino Supervisionada

II Ciclo de Estudos em Ensino de Informática

Joaquim Frias

Orientador Científico: Professor Doutor Francisco Restivo

Orientador Cooperante: Professor Mestre Nelson Ferreira

Braga, 2013



DECLARAÇÃO DE HONRA

Entrega de dissertação ou relatório

Joaquim Vitorino Carvalho Ferreira Frias, aluno número 234211074 do curso Mestrado em Ensino da Informática, declara por sua honra que o trabalho apresentado é de sua exclusiva autoria, é original, e todas as fontes utilizadas estão devidamente citadas e referenciadas, que tem conhecimento das normas e regulamentos em vigor¹ na Faculdade de Ciências Sociais e que tem consciência de que a prática voluntária de plágio, auto-plágio, cópia e permissão de cópia por outros constituem fraude académica.

Braga, ___/___/ 2013

(assinatura)

¹ **Artigo 13º do Regulamento de Avaliação Fraude**

1. A fraude em qualquer prova de avaliação implica uma classificação final de zero valores e impedirá o aluno de se apresentar a qualquer forma de avaliação na mesma unidade curricular na mesma época de exames em que a fraude ocorreu.
2. A ocorrência de fraude terá de ser comunicada, pelo docente responsável pela avaliação e respectivo vigilante, à Direcção da Faculdade com especificação das seguintes informações: tipo de prova de avaliação, data, nome e número do aluno em causa e descrição sumária da ocorrência anexando eventuais comprovativos da fraude.
3. A ocorrência destas fraudes será objecto de averbamento no processo do aluno.

“Aprender a ser professor é uma viagem longa e complexa, repleta de desafios e emoções. Inicia-se com as diferentes experiências que temos com os nossos pais e irmãos; prossegue à medida que vamos observando professor após professor, ao longo dos dezasseis a vinte anos de escolaridade. Culmina, formalmente, com a formação profissional, mas continua nas experiências de ensino por que vamos passando ao longo da nossa vida (Arends, 1995) ”.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Francisco Restivo quero deixar expresso um agradecimento especial pela sua orientação e supervisão, pelos conhecimentos transmitidos, empenho e dedicação dispensados durante a realização deste estágio. Muito obrigado por tudo.

Ao Mestre Nelson Ferreira agradeço pela sua orientação, supervisão, amizade, pelo conhecimento transmitido, apoio, disponibilidade, aconselhamento de correções a realizar nas aulas. Um sincero obrigado.

Aos elementos do núcleo de estágio, António e Sílvia pelo apoio, disponibilidade e ajuda. O meu obrigado.

À Faculdade de Ciências Sociais do Centro Regional de Braga da Universidade Católica Portuguesa agradeço a oportunidade concedida para a realização deste Mestrado.

A todos os professores, sem exceção, pelos seus ensinamentos, o meu sincero obrigado.

Ao Agrupamento de Escolas de Arganil, por permitirem a realização do meu estágio, pela hospitalidade e acompanhamento ao longo do meu trabalho. Um especial agradecimento.

E não posso esquecer os alunos do 10ºF, do Curso Profissional de Turismo Ambiental e Rural, pela sua colaboração nas aulas e nos questionários pedidos, o meu obrigado.

À minha família e amigos por todo o apoio incondicional, compreensão e carinho, que de alguma forma me apoiaram na realização deste Mestrado.

E por último, um especial agradecimento, à minha esposa, pela sua boa disposição, pelo carinho, dedicação e paciência, o meu mais sincero obrigado por tudo.

Índice

Índice de Figuras	viii
Índice de Gráficos.....	ix
Índice de Tabelas	x
Índice de Esquemas	xi
Índice de Anexos	xii
Resumo	xiii
Abstract.....	xiv
Introdução.....	1
1. O PAPEL DO PROFESSOR	3
1.1 O Professor.....	3
1.2 A Escola	8
1.3 Operacionalização das aprendizagens	10
1.3.1 Currículo.....	11
1.3.2 Planificação	12
1.3.2.1 Metodologias de Ensino/Aprendizagem	13
1.3.2.2 Motivação dos Alunos.....	14
1.3.3 Avaliação.....	14
2. PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA.....	16
2.1 A Disciplina de TIC	16
2.2 Contextualização da PES.....	18
2.2.1 Local de Realização da PES	18
2.2.2 Contextualização Geográfica, Económica e Social	19
2.2.3 Contextualização do Agrupamento de Escolas de Arganil	22
2.3 Caracterização da Turma e da Sala de Aula.....	24
2.3.1 Turma	24
2.3.2 Sala de Aula.....	27
2.4 Componente Letiva	29
2.4.1 Aulas.....	29

2.4.2	Preparação das Aulas	30
2.4.3	Aulas Assistidas.....	32
2.4.4	Observação de Aulas de outro Nível de Ensino.....	34
2.5	Componente Não Letiva.....	35
3.	PLÁGIO DE FORMA INCONSCIENTE NA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ESCOLARES.....	37
3.1	Plágio em Contexto Escolar	40
3.2	Descrição da Investigação	43
3.2.1	Técnica e Instrumentos de Recolha de Dados	44
3.2.2	A Caraterização da Amostra	45
3.2.3	Análise dos Resultados	46
	Conclusão	56

Índice de Figuras

Figura 1 – Função do professor nas aprendizagens.	11
Figura 2 – Recinto da Escola Secundária de Arganil.	19
Figura 3 – Rios que atravessam o concelho de Arganil.	19
Figura 4 – Estradas e concelhos limítrofes.	20
Figura 5 – Aldeias do concelho de Arganil.	20
Figura 6 – Evolução da População do concelho de Arganil.	21
Figura 7 – Unidades orgânicas do Agrupamento de Escolas de Arganil.	22

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Idade dos alunos da turma.	24
Gráfico 2 – Local de residência dos alunos.	25
Gráfico 3 – Grau acadêmico dos pais.	26
Gráfico 4 – Situação socioprofissional dos pais dos alunos.	26
Gráfico 5 – Número de respostas diárias dadas ao inquérito.	44
Gráfico 6 – Género dos alunos inquiridos.	45
Gráfico 7 – Gama de idade dos alunos inquiridos.	46
Gráfico 8 – Alunos que frequentam o 2º e 3º Ciclo e Ensino Secundário.	46
Gráfico 9 – Local de pesquisa para elaboração dos trabalhos.	47
Gráfico 10 – Referenciação da fonte de pesquisa.	48
Gráfico 11 – Razões para a não referênciação bibliográfica.	48
Gráfico 12 – Nível de conhecimento dos alunos sobre o significado de plágio.	49
Gráfico 13 – Qual a opinião dos alunos sobre o que significa o plágio.	50
Gráfico 14 – Frequência dos inquiridos ao plágio.	51
Gráfico 15 – Razões apontadas para os alunos recorrerem ao plágio.	51
Gráfico 16 – Relação entre os alunos dos cursos profissional e científico humanístico e a referenciação das fontes das suas pesquisas.	52
Gráfico 17 – Relação entre os alunos do sexo feminino dos cursos profissional e científico humanístico e a referenciação das fontes das suas pesquisas.	53

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Número de alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Arganil do ano letivo 2012/2013	23
--	----

Índice de Esquemas

Esquema 1 – Relação entre o ano de escolaridade e razões para a não referência em trabalhos de pesquisa.	55
---	----

Índice de Anexos

Anexo I.....	60
Anexo II.....	64
Anexo III	69

Nota: Faz parte integrante deste relatório um dossier de estágio fornecido em CD.

Resumo

Os professores defrontam-se nas escolas diariamente com diversos desafios, especialmente: despertar nos alunos a habilidade de gerir os seus pensamentos e emoções, motiva-los de forma a tornarem-se atores principais das suas aprendizagens, ensiná-los a pesquisar, tratar os dados da pesquisa e a formar opinião crítica.

Acrescenta-se também que a escola para além de um lugar de aprendizagem, é um meio privilegiado de criação e estabelecimento de relações, pelo que deve ser um dos principais dinamizadores no combate de possíveis comportamentos desviantes.

O professor deve dinamizar as suas aulas de forma a proporcionar aos alunos autonomia na aprendizagem. O objetivo do professor é ensinar o aluno a formular problemas, planear, orientar, pesquisar, selecionar e aplicar dados, incentivando-os ao desenvolvimento do seu pensamento crítico.

O tema de investigação, “O uso do plágio de forma inconsciente na elaboração de trabalhos escolares por alunos do Ensino Básico e Secundário”, surgiu após a observação de más práticas na elaboração de trabalhos de pesquisa na disciplina de TIC pelos alunos. O objetivo desta investigação foi conhecer quais as razões apontadas pelos inquiridos como razão para incorrerem no plágio. Será uma ação racional, ou puro esquecimento na referenciação bibliográfica?

Neste relatório, descreve-se e reflete-se sobre qual o papel do professor, quais as tarefas realizadas durante a PES (de componente letiva e não letiva), atividades do núcleo de estágio, a investigação efetuada, análise dos resultados obtidos e suas conclusões.

Palavras-chave: Papel do professor, aprendizagens, plágio

Abstract

Teachers in schools are faced daily with many challenges, especially: to awaken in students the ability to manage their thoughts and emotions, motivate them to become leading actors of their learning, teach them how to search, treat the survey data and form critical opinion.

It is also added that the school beyond a place of learning, is a privileged mean of creating and establishing relationships, reason why should be one of the main forces on the combat of possible deviant behaviours.

Teacher should streamline their classes in order to by providing students autonomy in learning. The goal of the teacher is to teach the student to plan, guide, search, select and apply data, encouraging them to develop their critical thinking.

The research theme, "The use of unconscious plagiarism in preparing school work by students of Elementary and Secondary Education", came after observation of malpractice by students in the preparation of research works on TIC subject. The objective of this research was to know the reasons cited by respondents as a reason for incurring the plagiarism. Is it a rational action, or pure forgetfulness in bibliographic reference?

In this report, describes and reflects on the role of the teacher, the tasks performed during the PES (of lective and not lective component), activities of the core stage, research performed, analysis of results and conclusions.

Keywords: Role of teacher, learning, plagiarism

Introdução

O presente documento constitui o relatório final da unidade curricular de prática de ensino supervisionada e relatório do 2º ano do Mestrado em Ensino da Informática pela Faculdade de Ciências Sociais do Centro Regional de Braga da Universidade Católica Portuguesa.

O estágio pedagógico foi realizado na Escola Secundária de Arganil, pertencente ao Agrupamento de Escolas de Arganil, situada na vila de Arganil, distrito de Coimbra, no ano letivo de 2012/2013 tendo como principal objetivo a experimentação dos conhecimentos teóricos aprendidos no 1º e 2º ano do Curso de Mestrado, em contexto de sala de aula.

O primordial objetivo, apontado pelo autor aquando da candidatura a este Mestrado, foi a aquisição de competências pedagógicas para melhoria das suas aulas. Refere também, como razão da sua candidatura, a identificação de algumas lacunas detetadas nos anos que exerceu a função de professor, nomeadamente: a falta de conhecimentos atualizados na área da didática e respetivas metodologias no ensino de informática; agir em determinadas situações e comportamento dos alunos; planeamento correto de uma aula. Verifica hoje que as aprendizagens e ensinamentos adquiridos, nas disciplinas que fizeram parte do Mestrado, proporcionaram-lhe uma melhor preparação para desempenho das funções de professor.

O professor enfrenta diariamente várias preocupações o qual se deve questionar: “como vai conseguir motivar os seus alunos?”, “o que fazer para que os alunos gostem das suas aulas?” e “como melhorar as suas aprendizagens”. Estas são questões às quais o professor deve dar resposta e encontrar estratégias para conseguir bons resultados, dos alunos às aprendizagens.

Este trabalho é constituído por três partes complementares. O primeiro capítulo incide no papel do professor e da escola, do currículo, planificação, metodologias de ensino/aprendizagem, motivação dos alunos e, por fim, o processo de avaliação.

O segundo capítulo é dedicado à Prática de Ensino Supervisionada (PES). Neste capítulo descreve-se a disciplina de TIC e o seu papel no ensino como ferramenta indispensável para as aprendizagens. Contextualizamos geográfica, económica e socialmente a vila de Arganil, bem como o seu Agrupamento de Escolas. Também é caracterizada a turma, a sala onde decorreu a PES através de um mapa 3D.

Seguidamente são apresentadas as tarefas realizadas durante o estágio, onde é identificado o início, perceção inicial e posterior da turma, bem como o seu empenho e comportamento. Das aulas lecionadas três foram observadas por ambos os orientadores. São abordados os cuidados tidos na construção dos exercícios que foram aplicados nas aulas. No mesmo capítulo são apresentadas as tarefas desempenhadas na componente não letiva.

Por último, o terceiro capítulo é referente ao tema de investigação efetuado na PES, assente num estudo de caso de natureza exploratória, descrita na segunda secção. A escolha do tema derivou da observação de práticas efetuadas pelos alunos na elaboração de trabalhos de pesquisa.

1. O PAPEL DO PROFESSOR

Este capítulo vai focar-se em três das principais dimensões do papel do professor na operacionalização das aprendizagens, respetivamente o currículo, a planificação e a avaliação.

É efetuada uma revisão da literatura sobre qual deve ser o papel do professor na escola, na comunidade educativa e na construção das aprendizagens. É também referido qual o papel da escola como propiciadora das condições necessárias às aprendizagens e a sua evolução ao longo da história em Portugal.

1.1 O Professor

O professor é uma personalidade única que cria condições de aprendizagem aos seus alunos, usando diversas técnicas para a aquisição de competências, práticas de pesquisa e aprendizagem. Instruem, treinam, demonstram, exemplificam, explicam, exploram com eles e orientem-nos na descoberta (Haigh, 2010). Procuram atualizar-se constantemente recorrendo a formações, estudam para estar atualizados, investigam para saber mais. O professor trabalha com afinco porque gosta dos seus alunos e de lhes fomentar melhores aprendizagens.

A ideia de que o professor é o “dono” do saber e que as aprendizagens fluem numa única direção, já não faz sentido. Tal como Coutinho (2008) refere, a transmissão das aprendizagens deve seguir uma perspetiva recíproca no qual seja reconhecida a interação entre os estímulos externos provocados por meios e processos cognitivos internos que apoiem a aprendizagem, que deverá ser centrada no aluno.

Carvalho (2007) salienta, aliás, que o papel do professor deve ser de mediador e facilitador da aprendizagem, apoiar os alunos na construção individual e colaborativa do

conhecimento, para que atinjam os objetivos traçados, preparando-os para a sociedade do conhecimento e formação ao longo da vida em diversas atividades profissionais, sendo um ensino centrado na qualidade da aprendizagem.

Já Lima (2003), refere que o professor tem como missão ensinar os seus alunos a saber pesquisar, tratar os dados da pesquisa e a formar opinião crítica, *“o professor deve ensinar os seus alunos a pesquisar, selecionar, relacionar os dados entre si, sintetizar e aplicar a informação, promover o trabalho em equipa, ensinar a desenvolver o espírito crítico e a autonomia (...) a aprendizagem do aluno deve ser construída por si próprio, centrada e controlada por si, aprendendo com factos reais e fundamentalmente através do trabalho em equipa”*.

Da mesma opinião, Justino (2010) defende que o aluno deve *“saber definir muito bem a utilidade e finalidade da busca de informação, saber questionar e analisar criticamente, ter capacidade de apropriar com vista a tomar uma decisão ou produzir nova informação”*.

No ponto de vista da escola, a mudança do papel do professor na sala de aula é um processo difícil, mas de extrema relevância para uma melhor escola e aprendizagens.

O papel tradicionalmente desempenhado pelo professor, de dono do conhecimento, e única fonte de conhecimento em que os alunos se possam basear, foi alterado, embora ainda praticado por alguns professores menos resilientes à mudança, que continuam a praticar na sua sala de aula um ensino unidirecional.

Hoje o professor, na sua sala de aula, deve orientar os seus alunos para a aquisição, por si próprios, de aptidões na manipulação e aplicação da informação, de forma às aprendizagens serem mais centradas no aluno, ao invés de no professor, para que os alunos se identifiquem com a escola e gostem de a frequentar.

A escola deve proporcionar as condições para criação e estabelecimento de relações, mobilizando-se no combate aos comportamentos desviantes.

O professor tem um papel cada vez mais importante na aprendizagem dos alunos, “pois são eles que ensinam e terão de ser eles a fazer aprender” (Justino, 2010).

Cunha (2008) menciona, neste contexto, que o papel do professor é exigente, não se limitando apenas aos conteúdos a transmitir, pois tem de enfrentar problemas sociais que exigem respostas em contexto escolar, tais como, “a inclusão, a educação sexual, a prevenção da toxicod dependência, a formação cívica, a língua portuguesa como segunda língua, a educação intercultural, a educação ambiental”.

O professor deve selecionar assertivamente os conteúdos tendo em conta os programas pré-estabelecidos, motivar os alunos de forma a torná-los atores do seu processo de ensino, adequar os recursos didáticos em função do contexto e da comunidade escolar, bem como mobilizar as aprendizagens para o uso das regras de elaboração dos trabalhos de pesquisa.

Haigh (2010) defende que o professor, nas aulas iniciais, deverá atribuir “*tarefas simples aos alunos cujo conteúdo lhes seja familiar*”, aumentando gradualmente a dificuldade ao longo das aulas. Expõe também, que após os primeiros exercícios elaborados, pelos alunos, o professor deve felicitar e demonstrar o seu agrado pelo trabalho efetuado, por forma a conseguir estabelecer um ambiente na “*sala de aula acolhedor e atencioso, em que os alunos reconheçam e apreciem o facto de estarem ali para trabalhar e aprender e o professor está ali para os ensinar e ajudar*”.

A lecionação deve ir ao encontro de uma pedagogia fundada na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do aluno (Freire, 1996). O papel do professor não pode ser apenas um transmissor de conteúdos, pois ensinar não é apenas a transmissão de

conhecimento, mas sim a partilha de saberes, o mesmo autor salienta que *“ensinar é muito mais que treinar o aluno no desempenho de destrezas”*.

De acordo com Carvalho (2007), o professor deve ajudar o aluno na construção do saber, de forma autónoma, incentivando-o a desenvolver um *“pensamento crítico”* de forma a ser capaz de tomar decisões sobre a sua aprendizagem, a qual deve ser de *“nível elevado”*.

Com a aprendizagem do aluno o professor também aprende, sendo um canal bidirecional, do e para o aluno, como comprova a expressão *“quem ensina aprende a ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina ensina alguma coisa a alguém”* Freire (1996).

O professor quando é competente prima com o conhecimento, conseguindo uma melhor relação com o alunos, tendo uma maior à-vontade para ajustar e reformular as planificações, objetivos e conteúdos. Deve ser capaz de fazer despertar o interesse e curiosidade dos alunos para as aprendizagens e refletir criticamente sobre a forma como abordou a sua aula, para que possa na próxima aula melhorar as suas didáticas. Como descreve Romeiro (2002), *“o professor deve procurar fazer da escola um lugar onde os alunos tenham o prazer de aprender... aprende-se fazendo; aprende-se com os outros”*.

O que importa, na lecionação de um professor, não é a repetição mecânica dos conteúdos, e a transferência de conhecimentos, mas sim criar as possibilidades para que os alunos sejam os construtores das suas próprias aprendizagens.

O professor deve fazer com que os alunos sejam responsáveis pelos seus próprios atos, sendo considerado por Haigh (2010), o *“árbitro final”* que terá como função *“de indicar quais são as escolhas, explicar as consequências e dar às crianças a oportunidade para tomarem as suas próprias decisões”*.

Como salienta Arends (1995), para que um professor seja *“verdadeiramente competente, é necessário muito voluntarismo alimentado pelo desejo de perfeição”*, *compreender que a aprendizagem “consiste num processo de desenvolvimento que se desenrola ao longo de toda a vida, descobrindo o seu estilo próprio, mediante reflexão e pesquisa críticas”*.

Uma parte significativa do sucesso do ensino está dependente da qualidade, desempenho e competência do professor (Justino, 2010).

Em relação ao plágio o professor deve fazer do plágio um tema explícito na suas aulas, ajudar os alunos no desenvolvimento de ideias, reconhecendo o trabalho dos outros. Também deve demonstrar como fazer citações e referências, proporcionando aos seus alunos a escrita de documentos para cenários reais de grandes audiências. Importante também é a análise preliminar dos relatórios de forma a identificar atos de plágio e de esquecimento das referências logo no início. Não menos importante, deve ensinar explicitamente os alunos como devem elaborar as suas pesquisas, para uma recolha de informação válida e confiável (Evering, 2012).

Teodoro (2006) refere que *“à escola e aos professores tudo se pede que façam e, conseqüentemente, sobre tudo se pede responsabilidades”*. O autor defende que os professores *“não podem mais ser entendidos como meros tradutores ou difusores de saberes construídos por outros”*. O professor deve ser um *“investigador de sala de aula, capaz de conhecer os alunos e comunidade com que trabalha, construir estratégias de diferenciação pedagógica, trabalhar em equipa, produzir diariamente inovação, de mediar o contacto crítico dos seus alunos com o conhecimento”*. Salienta também, que o professor deve ser *“capaz ler o mundo, compreender e trabalhar com a diversidade, seja de ordem física, social ou cultural, de participar na construção de verdadeiros projetos de cidadania democrática”*.

1.2 A Escola

A escola deve criar as condições necessárias para o desenvolvimento intelectual, motivacional e ético dos seus alunos, promovendo as condições ideais para que toda a comunidade educativa trabalhe em prol de boas aprendizagens.

Uma das funções para a qual a escola, os professores, os pais e a sociedade não se devem descuidar é a preocupação em preparar cidadãos para o mundo competitivo em constante mudança e exigente na criatividade (Coutinho, 2010).

Um maior envolvimento da sociedade civil nas funções educativas proporciona uma educação mais democrática (Cardoso, 2008).

A escola deve preocupar-se com o bem-estar dos seus alunos, ajudando-os se necessário a trilhar e encontrar soluções para os seus problemas. Segundo Freire (1996) *“não é possível à escola, alhear-se das condições sociais culturais, económicas dos seus alunos, famílias e comunidade”*.

Coutinho (2011) realça o papel crucial da escola e dos seus agentes na preparação dos alunos para a sociedade do conhecimento, devendo ocorrer uma *“mudança nos métodos e técnicas de ensino e pensar em formas eficientes e eficazes”*.

No entanto, a escola necessita da colaboração, entrega e empenho dos seus professores para obtenção destes objetivos.

O papel do professor alterou-se ao longo dos anos. No começo do século XIX passava pela transmissão de competências básicas de leitura, escrita e cálculo, não sendo espectável que a os jovens fossem à escola, aqueles que a frequentavam faziam-no por períodos de tempo muito curto. Os alunos que se submetiam a exame eram cerca de 10% (Justino, 2010).

O recrutamento dos professores era efetuado, normalmente, dentro da comunidade local, não sendo relevante a sua formação profissional. O ensino não era considerado

como uma carreira profissional. Os professores, em grande parte jovens, desempenhavam o papel até que obtivessem uma oportunidade melhor de trabalho. O papel da socialização, aconselhamento e cuidados a nível de saúde mental da criança, bem como no seu processo de transição da família para o mundo do trabalho era realizado pela família, igreja e organizações profissionais (Arends, 1995).

No ano de 1822, foi dado o primeiro passo para a aplicação de uma escolaridade obrigatória em Portugal com a legislação do artigo 237, onde era explícito que as crianças de ambos os sexos deveriam aprender a ler, escrever e contar, e o catecismo das suas obrigações religiosas e civis (Cardoso, 2008).

Em 1826 e 1836 foi aprovado na constituição a gratuidade do ensino primário, mas não obrigatório. Com a queda da monarquia em 1910 a escolaridade associada ao princípio de obrigatoriedade ganha força, numa época em que apenas 25% das crianças frequentavam a escola. Com a reforma de 1911, o ensino primário elementar de três anos de duração passou a ser obrigatório para todas as crianças.

Com o regime de Salazar, em 1933, a escola obrigatória sofre um grande recuo, libertando-se da garantia do acesso obrigatório para todas as crianças, sendo estipulado que a educação e instrução eram obrigatórios, pertencendo à família e aos estabelecimentos de ensino oficial a garantia da escolarização das crianças, podendo ocorrer em casa, escolas oficiais e particulares. O papel dos professores pautava-se em ideologias totalitárias, de forma a um maior controlo e submissão dos ideais.

No ano de 1956, a escolaridade obrigatória era de quatro anos de escolaridade, mas apenas as crianças do sexo masculino a podiam frequentar. Em 1964 passou a comportar seis anos, compostos por dois ciclos, o básico de quatro anos e o complementar de dois.

Com a Revolução de Abril, na constituição de 1976, foi definido que o Ensino Básico universal era obrigatório e gratuito para todas as crianças.

No final do século XX, o papel do professor foi alterado, devido à escolaridade obrigatória passar para o 9º ano de escolaridade (Lei de Bases do Sistema Educativo, 1986), sendo necessário a transmissão, por parte dos professores aos alunos, mais que as competências básicas. Nesta época a maioria dos professores já possuía licenciatura, sendo o ensino, entendido como carreira profissional.

O auxílio aos jovens no processo de transição para o mundo do trabalho passou a ser realizado pela escola. Igualmente, a escola, passou a proporcionar serviços de saúde, transporte, ocupação de tempos livres e refeições (Arends, 1995).

Hoje em dia, como salienta Justino (2010), *“a educação familiar tende a centrar-se, nos primeiros anos de vida da criança, na sua preparação para lidar com diferentes riscos, preservar-se perante potenciais ameaças à sua integridade física e intelectual. A escola terá de lhe dar continuidade”*, tais como, alguns serviços de saúde, o transporte escolar, a ocupação de tempos livres e as refeições dos alunos.

1.3 Operacionalização das aprendizagens

Cada escola possui o seu próprio projeto curricular, pois como defende Marques (1999), para que se construa um currículo real, este deve ser concebido *“nas escolas e por decisão fundamentada dos professores”*. O professor deve planear as suas aulas, definir objetivos de acordo com os seus alunos e ritmos de aprendizagem, com objetivo da conceção de um currículo ajustado. Da função de professor, está inerente o processo avaliativo que deve ir ao encontro da planificação elaborada e de acordo com o currículo, num processo cíclico, tal como podemos verificar na figura da página seguinte.

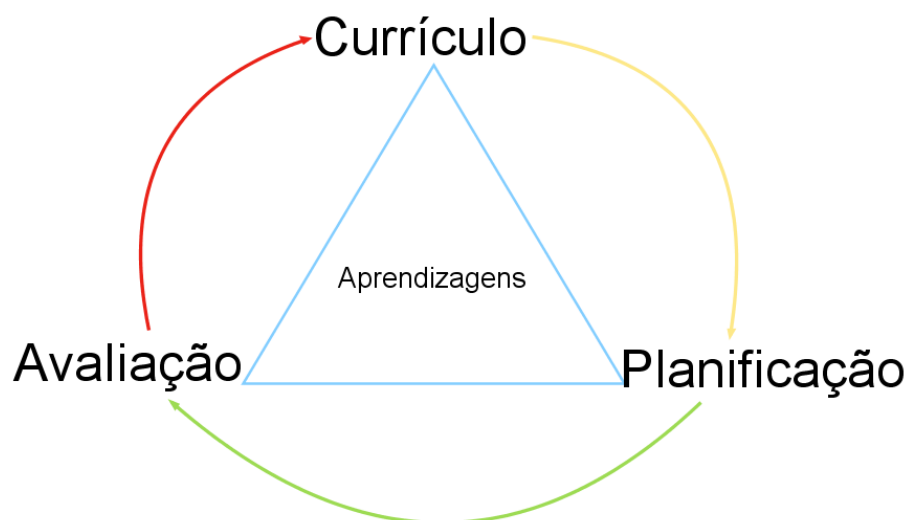


Figura 1 – Função do professor nas aprendizagens.

1.3.1 Currículo

O desenvolvimento do currículo implica a partilha de responsabilidades e uma atitude colaborativa por parte de todos os agentes intervenientes neste processo. O currículo é um processo que implica muitas pessoas, sendo que o professor é o último executor (Flores, 2000).

O currículo é o conjunto de aprendizagens que a sociedade espera que a escola proporcione e garanta a todos os cidadãos. O termo currículo significa a passagem de alguma coisa a alguém e o respetivo percurso por onde se faz essa passagem. O professor é um agente decisivo no processo educativo e nos seus resultados, ainda que não o único (Marques, 1999).

Na opinião de Leite (2000), as escolas têm um currículo comum desajustado, pois é aplicado da mesma forma a todos os alunos, a escola é *“uma escola que obriga todos*

ao mesmo, isto é, de uma formação escolar que trata os alunos, em si diferentes, como se fossem iguais e como apenas um se tratasse”, não protegendo os alunos que pertencem a grupos sociais e culturais mais afastados da cultura escolar.

O currículo já não pode ser entendido como a síntese programática dos saberes disponíveis e da sua estruturação didática (Roldão, 1999). A autora defende ainda, que a escola deve *“repensar o seu currículo em termos de tornar efectivas para todos, as aprendizagens e competências”*.

Neste contexto, Cunha (2008) indica que *“a escola (...) tem que se inovar e mudar constantemente ao nível curricular, interventivo, de atitudes do seu projecto educativo, sob pena de não ser capaz de formar cidadãos críticos, reflexivos, na lógica transformacional e humanizada”*.

O currículo deve ser uma construção múltipla, com decisões por parte da administração central, das escolas, professores, encarregados de educação, auxiliares, alunos e toda a comunidade envolvente.

O conjunto de aprendizagens que são proporcionadas aos alunos devem ser devidamente planificadas.

1.3.2 Planificação

As aprendizagens devem ser planificadas, definindo os seus objetivos, os quais devem ser revistos e adaptados consoante as necessidades de aprendizagem dos alunos, de forma a termos um currículo ajustado. A planificação e tomada de decisão *“são vitais para o ensino e interagem com todas as funções executivas do professor (...) é a principal determinante daquilo que é ensinado nas escolas. O currículo é transformado e adaptado pelo processo de planificação através de acrescentos, supressões,*

interpretações e decisões do professor sobre o ritmo, sequência e ênfase” (Arends, 1995).

O professor, segundo Haigh (2010), deve planejar as suas aulas por forma a “ensinar com precisão, demonstrar aos alunos o objetivo da aprendizagem em passos ou sequências lógicas. Cada um dos passos terá um miniobjetivo”, para que não seja “difícil manter o passo”, deve, sempre que possível, fazer “ligações óbvias com outras disciplinas, para que faça mais sentido para os alunos” as aprendizagens.

A planificação deve ser realizada para que os alunos descubram aquilo que se pretende que eles aprendam e quando o fizerem com sucesso, devemos felicita-los sobre as suas descobertas (Haigh, 2010).

1.3.2.1 Metodologias de Ensino/Aprendizagem

O professor deve planejar e criar as suas aulas com criatividade e entusiasmo para que os alunos gostem de aprender (Haigh, 2010).

Os alunos devem aprender a ouvir os seus professores, saber quando fazer e responder a perguntas. As regras na sala de aula devem estar bem definidas, para que a aprendizagem flua de forma ordeira e disciplinada.

O professor deve trabalhar as competências do pensamento, reflexão e construção de conhecimento. Não deve partir do pressuposto que os seus alunos sabem fazer uma pesquisa corretamente, análise da informação encontrada e construção das suas aprendizagens. Deve planificar algumas aulas para o trabalho em grupo, para a promoção da cooperação e colaboração nas aprendizagens.

O professor deve ajudar os alunos a descobrirem por si mesmos, aumentando assim o seu interesse e motivação nas aprendizagens. Tal como Haigh (2010) defende, o

ensino deve proporcionar aos alunos a descoberta das suas aprendizagens, os quais trabalham com mais afinco nas tarefas desempenhadas.

1.3.2.2 Motivação dos Alunos

Motivar os alunos é o objetivo dos professores no dia-a-dia. O professor empenha-se na pesquisa, atualização e elaboração de materiais, para que os seus alunos gostem de aprender. A construção de materiais deve ir ao encontro das necessidades dos alunos, para que vejam utilidade nas aprendizagens. Os alunos aprendem muito melhor se o que lhes for ensinado corresponder ao que precisam e eles tiverem alguma posse da sua aprendizagem (Haigh, 2010).

Depois de elaborada a planificação, de acordo com o currículo escolar, dinamizando as suas aulas de acordo com determinadas metodologias de ensino/aprendizagem e motivando os seus alunos para as aprendizagens, segue-se o processo de avaliação.

1.3.3 Avaliação

Da sua função como professor, está inerente o processo avaliativo. Este deve ser aplicado de forma justa, pois está em causa o futuro de jovens e das suas carreiras académicas e profissionais.

O processo avaliativo é considerado como um dos elementos fundamentais nas aprendizagens dos alunos. Geralmente o processo de ensino/aprendizagem é finalizado com a avaliação, onde é avaliada a eficiência da aprendizagem, capacidades e conhecimento adquiridos pelos alunos (Baylari, 2008).

O processo avaliativo tem como modelo de referência a avaliação formativa contínua, referente à Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE, Lei nº 46/86 de 14/10).

A *LBSE* introduziu “uma nova interpretação da educação, a qual concebe a formação integral do indivíduo como finalidade do sistema educativo” (Cardoso, 2008). Ainda segundo a autora, a *LBSE* permitiu reduzir o analfabetismo e criar oportunidades a mais indivíduos, passando a comunidade educativa a abranger não só a comunidade escolar como também a comunidade local, por forma a responder às preocupações do território educativo onde a escola está inserida.

A necessidade de uma avaliação que valorize a autonomia, criatividade, conhecimentos, negociação dos objetivos, é reconhecer o aluno, no projeto escolar, como sujeito englobado em todo o processo avaliativo.

O professor deve ensinar os seus alunos a pesquisar, selecionar e aplicar dados. Fomentar o interesse pela descoberta, pela criação de opinião crítica e alertar para o respeito pelos direitos de autor e propriedade intelectual.

As aulas devem ser cuidadosamente planificadas, permitindo ao professor a preparação atempada dos materiais necessários e de acordo com os objetivos delineados, os quais devem ser, sempre que necessário, revistos e reajustados consoante as necessidades de aprendizagem dos alunos, garantindo um currículo ajustado e uma avaliação justa.

2. PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA

Neste capítulo é referida a importância da PES para o enriquecimento profissional e a aplicação de didáticas aprendidas nas disciplinas do Mestrado. Referimo-nos, também, à disciplina lecionada, ao local de realização da PES, contextualizamos a escola, a turma e algumas das práticas efetuadas. É descrito o trabalho realizado durante o período de estágio, nomeadamente a componente letiva e não letiva, bem como a aulas assistidas pelos orientadores e a descrição de uma aula de outro nível de ensino.

O conhecimento das práticas e formas de funcionamento da escola, por parte de dois dos elementos do grupo de estágio, por já terem aí lecionado, revelou-se uma mais-valia no que respeita ao conhecimento do seu funcionamento, área da escola e sua envolvência.

A PES representou uma excelente oportunidade de aprendizagem, no reconhecimento e resolução de problemáticas a nível pedagógico, aquisição de competências didáticas e aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos durante o 1º e 2º ano do curso de Mestrado.

2.1 A Disciplina de TIC

A disciplina de TIC veio permitir aos jovens maior equidade no acesso às tecnologias de informação e comunicação, promovendo as capacidades e aptidões para pesquisar, gerir e produzir informação.

Surgiu como necessidade de assegurar a todos os jovens o acesso às tecnologias de informação e comunicação como condição indispensável para a melhoria da qualidade e da eficácia da educação e formação à luz das exigências da sociedade do conhecimento².

Com a introdução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), novas ferramentas surgiram, as quais podem ser utilizadas de forma criativa, motivando os alunos para as aprendizagens.

As TIC proporcionam aos atores educativos novas formas de contacto com o saber, a comunicação do professor com os alunos, com a organização e comunidade escolar.

Ponte (2000), refere que as TIC proporcionaram uma mudança fundamental nas didáticas, deixando de ser uma transmissão de saberes e conteúdos, passando a uma (co)aprendizagem permanente através da cooperação e partilha de saberes entre os intervenientes através de diversas ferramentas e aplicações disponíveis gratuitamente na Internet.

A Internet permitiu o aparecimento de um novo paradigma social, descrito por Castells (2004) como sociedade da informação ou sociedade em rede.

Carvalho (2007) indica que *“as oportunidades na rede são inúmeras para professores e alunos desenvolverem uma aprendizagem autêntica”*.

A Internet possibilita o acesso a grandes quantidades de informação, conteúdos e ferramentas, que faz com que os professores tenham bastante dificuldade na seleção e aplicação das mesmas nas suas aulas. Assim sendo a informação existente na Internet deve ser seleccionada, analisada e referenciada de forma correta pelos alunos, como refere

² ME, Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular. Programa de Tecnologias da Informação e Comunicação (9º e 10º anos).

Carvalho (2007), “*um aspeto que não deve ser descorado prende-se com a referência aos sites consultados, acautelando-se desse modo os direitos de autor e o plágio*”.

Na opinião de Silva (2010), para que o aluno evite os plágios realizados com conteúdos disponíveis e de fáceis acessos nos sites da *Internet*, deve fazer a sua pesquisa de forma estruturada, programada, disciplinada e orientada pelo professor.

Tal como destaca Castells (2004), é necessário uma “habilidade para decidir o que queremos procurar, como obtê-lo, como processá-lo e como utilizá-lo para a tarefa que despoletou a procura dessa informação”.

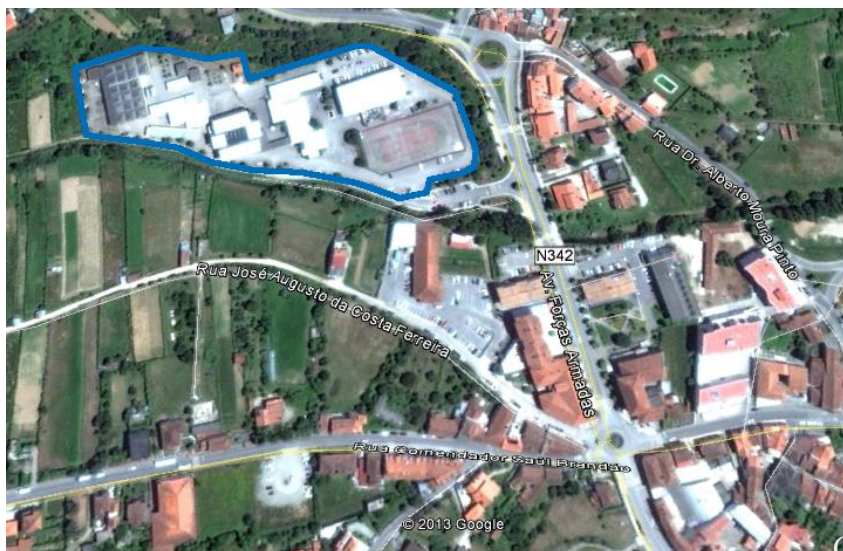
Sendo assim, o principal desafio é selecionar a informação, conteúdos pertinentes e úteis, ferramentas com aplicação educativa e criação de exercícios propiciadores de aprendizagens relevantes.

2.2 Contextualização da PES

Nesta secção é identificado o local de realização da PES e a identificação geográfica, económica e social da vila de Arganil, por fim é contextualizado o Agrupamento de Escolas de Arganil.

2.2.1 Local de Realização da PES

A PES foi implementada na Escola Secundária do Agrupamento de Escolas de Arganil. A escola encontra-se localizada na vila de Arganil, distrito de Coimbra. A figura 2 mostra a envolvência da escola, estando assinalado a azul o seu recinto.



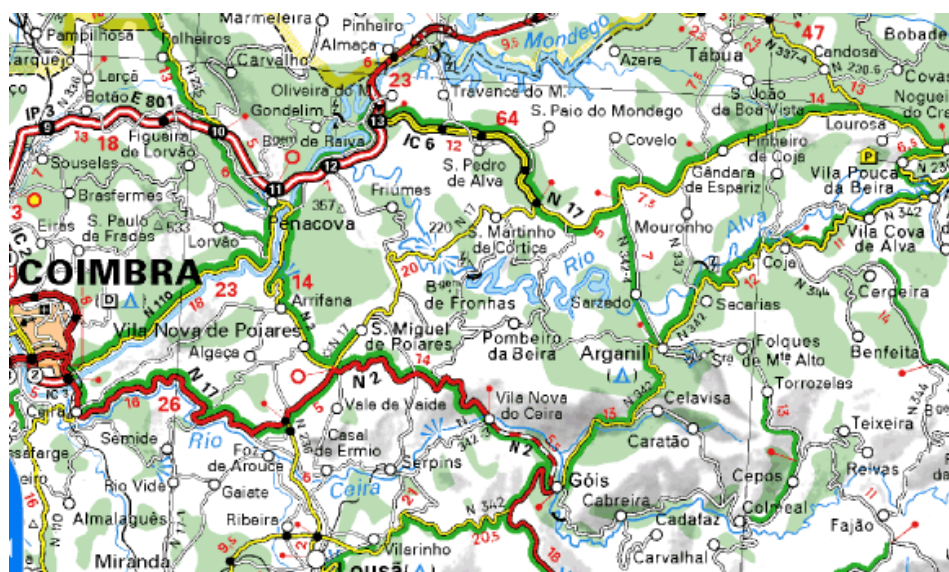
Fonte: <http://maps.google.pt>

Figura 2 – Recinto da Escola Secundária de Arganil.

2.2.2 Contextualização Geográfica, Económica e Social

O concelho de Arganil localiza-se no Centro de Portugal, pertence ao distrito de Coimbra e faz parte dos catorze Municípios que integram a Sub-Região do Pinhal Interior Norte, encontrando-se na metade Norte desta Sub-Região.

Arganil encontra-se, no sentido Norte-Sul, entre os rios Alva e Ceira, ambos afluentes do rio Mondego e, no sentido Oeste-Este, entre a Ponte da Mucela e a Serra do Açor, figura 3.



Fonte: Site Viamichelin.

Figura 3 – Rios que atravessam o concelho de Arganil.

Situado na província da Beira Litoral, tem como limítrofes, a Norte, os concelhos de Penacova, Tábua e Oliveira do Hospital, a Sul, os concelhos de Góis e Pampilhosa da Serra, a Este, os concelhos de Seia e Covilhã, e a Oeste, o concelho de Vila Nova de Poiares, como podemos observar na figura da página seguinte.



Fonte: <http://portugal-hotels.net>

Figura 4 – Estradas e concelhos limítrofes.

O concelho tem uma superfície de 332,8 Km² e é composto por 18 freguesias, respetivamente: Anseriz, Arganil, Barril de Alva, Benfeita, Celavisa, Cerdeira, Cepos, Coja, Folques, Moura da Serra, Piódão, Pomares, Pombeiro da Beira, S. Martinho da Cortiça, Sarzedo, Secarias, Teixeira e Vila Cova de Alva (figura 5).



Fonte: Site da Câmara Municipal de Arganil.

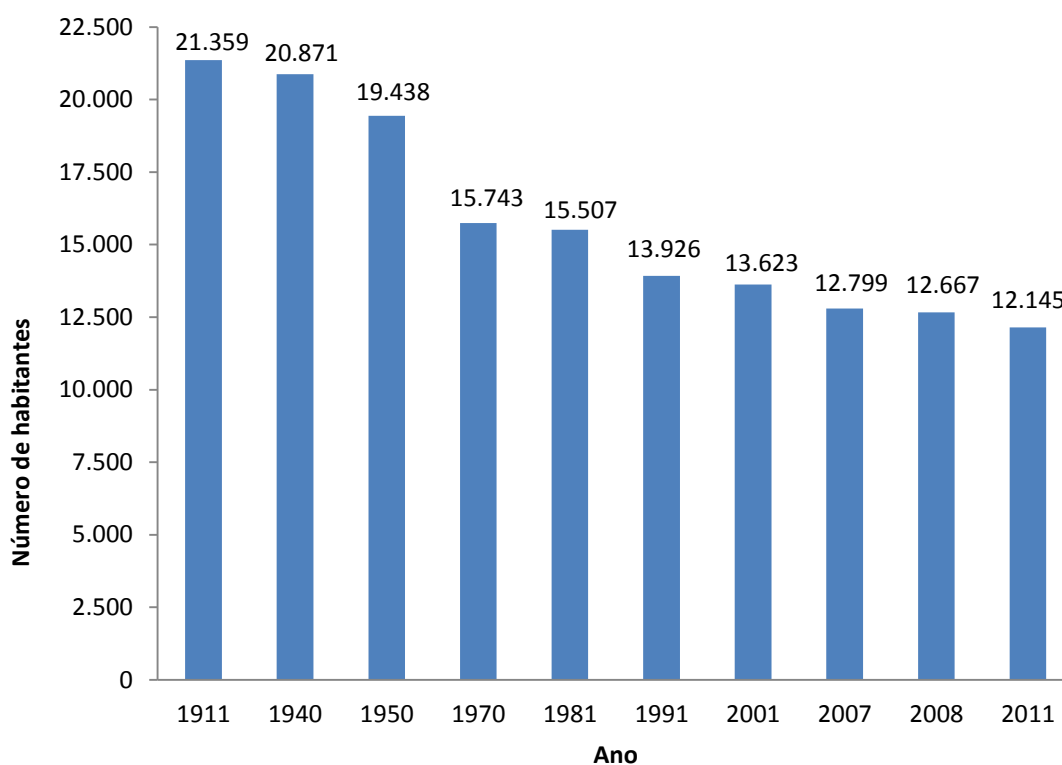
Figura 5 – Aldeias do concelho de Arganil.

Do ponto de vista económico, as suas origens derivam essencialmente da agricultura, embora dadas as condições acidentais do terreno dificulte a criação de uma agricultura rentável.

A atividade industrial do concelho tem aumentado na última década, levando à fixação de algumas indústrias, nas zonas industriais, em especial no Pólo Industrial da Relvinha. Julga-se que esse aumento seja devido à melhoria rodoviária, respetivamente o Itinerário Principal IP3 e o Itinerário Complementar IC6.

A figura 6 ilustra a evolução da população desde 1911 e 2011, observando-se que ao longo dos anos o concelho tem vindo a perder população, influenciando de algum modo o decréscimo do número de alunos no agrupamento.

Relativamente ao último levantamento dos censos (INE 2011), podemos verificar que a tendência de perda ou deslocamento de pessoas continua, com um decréscimo de 522 habitantes.

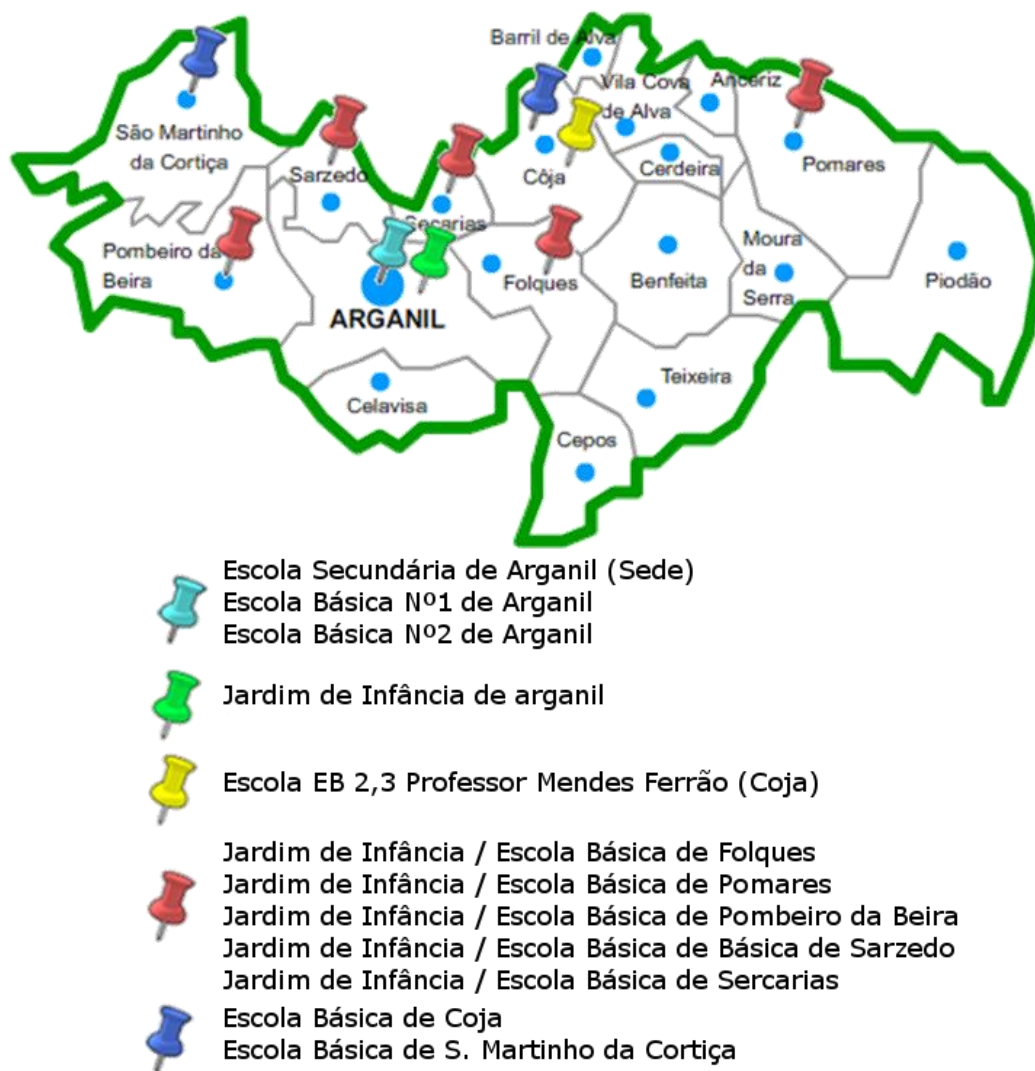


Fonte: Site da Câmara Municipal de Arganil.

Figura 6 – Evolução da População do concelho de Arganil.

2.2.3 Contextualização do Agrupamento de Escolas de Arganil

O Agrupamento de Escolas de Arganil é constituído por 10 unidades orgânicas, localizadas em várias localizações do concelho, como podemos confirmar na figura seguinte.



Fonte: Relatório da 1ª reunião geral do AEArganil.

Figura 7 – Unidades orgânicas do Agrupamento de Escolas de Arganil.

No presente ano letivo, estavam a lecionar no Agrupamento 158 professores dos quais 92% são professores que pertencem ao quadro. Pode dizer-se então que o corpo docente deste agrupamento é estável, garantindo um acompanhamento contínuo e uma evolução escolar dos alunos por parte dos professores. Encontravam-se matriculados

1497 alunos, nas diferentes escolas do Agrupamento, frequentavam 22% o ensino secundário, 36% o 2º e 3º ciclo e 26% o 1º ciclo (tabela 1).

Tabela 1 – Número de alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Arganil do ano letivo 2012/2013.

Total de alunos e professores no AEArganil								
2012 / 2013	Int. Precoce	J.INF.	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	CEF/EFA	SEC.	TOTAL
	45	180	383	198	339	63	334	1497*
* Cálculo efetuado sem os alunos da Intervenção Precoce								
Pessoal Docente							2012/2013	
Quadro de Nomeação Definitiva							125	
Quadro de Zona Pedagógica							20	
Contratados							11	
Técnicos Especializados							3	
Total							159	

Fonte: Relatório da 1ª reunião geral do AEArganil.

O Agrupamento encontra-se equipado com uma vasta gama de recursos tecnológicos, sendo uma constante preocupação desta direção, adquirir sempre que possível e necessário, instrumentos informáticos que privilegiam aulas mais interativas.

Cada sala está equipada com projetores multimédia e um computador para utilização do professor. Existe também uma máquina fotográfica digital e uma máquina de filmar profissional, televisores, leitores e gravadores áudio, salas de TIC, rede Internet, quadros interativos, computadores portáteis e as plataformas *Moodle*, *GARE* (para gestão de atividades e recursos educativos) e o *Webuntis* (para escrita dos sumários eletronicamente).

De referir a aquisição de 5 *iPad's* no final do terceiro período para utilização a partir do próximo ano letivo pelos professores nas suas aulas.

Com estes recursos tecnológicos, os professores têm ao seu dispor um leque imenso de recursos passíveis de melhores aulas e conseqüentemente melhores aprendizagens nas suas turmas.

2.3 Caracterização da Turma e da Sala de Aula

Nesta secção identifica-se a turma envolvida na PES, apresentando-se algumas das suas características, como a sua constituição, o percurso escolar e a proveniência dos alunos, escolarização e profissão dos pais e a caracterização da sala onde ocorreram as aprendizagens.

2.3.1 Turma

A turma, em que o mestrando exerceu as atividades, era constituída por 33 alunos, sendo 10 rapazes e 23 raparigas, dos quais 2 alunos e 2 alunas nunca compareceram às aulas e outras 2 alunas desistiram no primeiro período, sendo a média de idades de 17 anos.

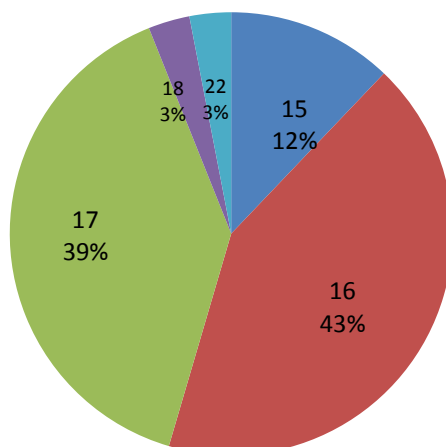


Gráfico 1 – Idade dos alunos da turma.

De acordo com os dados recolhidos, verificou-se que a maioria dos alunos (79%) já tinha reprovado pelo menos uma vez em anos anteriores e que cerca de 61% eram provenientes dos Cursos de Educação e Formação (CEF).

O nível de aproveitamento escolar da turma foi médio-baixo, devido a alguns alunos nunca terem comparecido à escola e à desistência de outros, transitando de ano 17 dos 33 alunos inicialmente matriculados.

Na disciplina de TIC, tiveram aprovação aos módulos em média 21 alunos por módulo. Tiveram, geralmente, um bom comportamento nas aulas lecionadas.

No que diz respeito ao desempenho nas aprendizagens, na sua generalidade foi bom, no entanto, alguns dos alunos, devido a faltarem constantemente às aulas, tiveram mais dificuldade em acompanhar o ritmo de aprendizagem, havendo mesmo necessidade de um acompanhamento mais individualizado, de forma a conseguirem recuperar as aprendizagens perdidas e acompanhar as atuais.

No que diz respeito ao local de residência dos alunos, como se pode verificar pelo gráfico seguinte, são de diferentes localidades, sendo a vila de Arganil aquela que contém mais alunos.

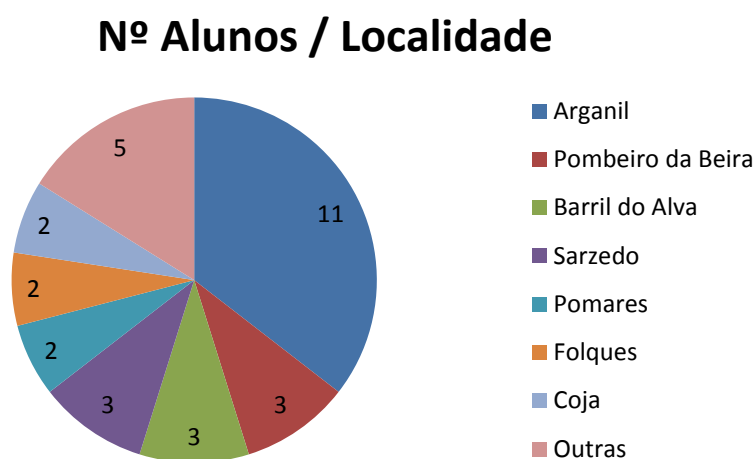


Gráfico 2 – Local de residência dos alunos.

Quanto à formação académica dos progenitores pode verificar-se, através do seguinte gráfico, que existe uma substancial diferença nas habilitações académicas relativas ao 3º ciclo no sexo feminino em detrimento do sexo masculino, para os restantes graus de habilitação os valores são aproximados.

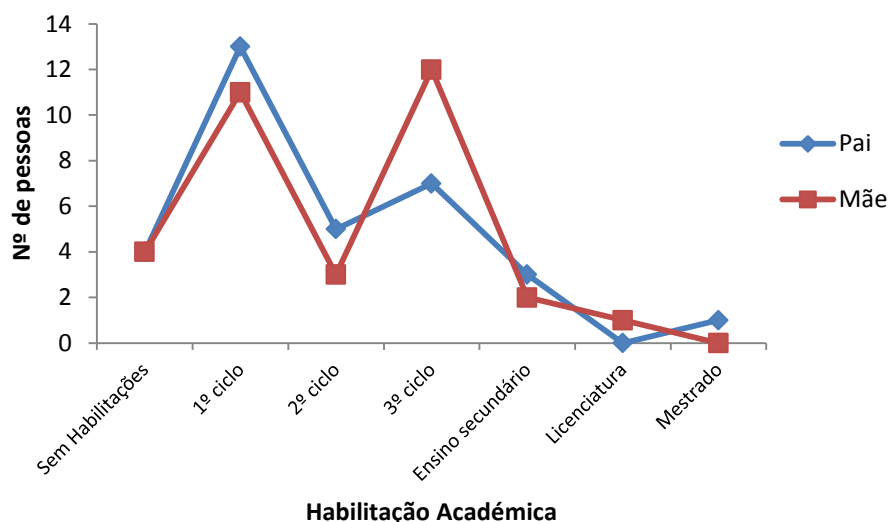


Gráfico 3 – Grau académico dos pais.

No que diz respeito à situação socioprofissional dos pais dos alunos, como pode verificar-se na figura seguinte, a maioria pertence aos trabalhadores de produção, seguindo-se os trabalhadores independentes. No grupo “Outros” estão inseridos os casos em que os alunos não referem qual a situação profissional dos pais.

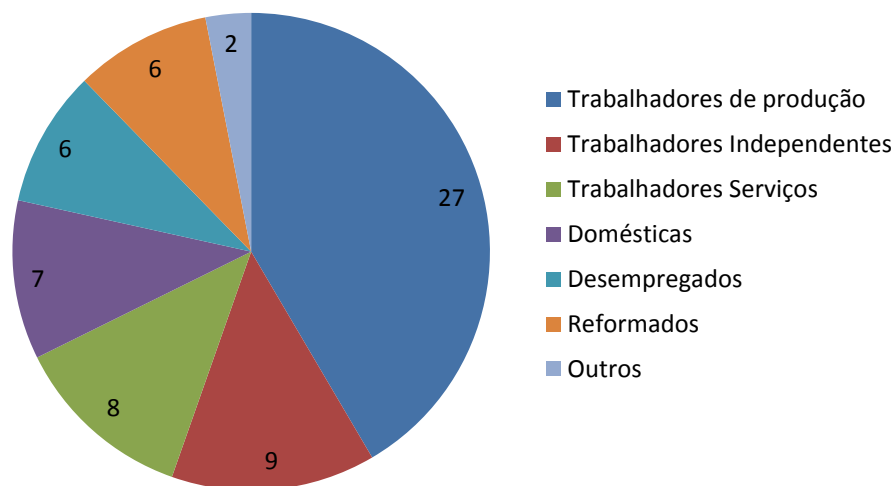


Gráfico 4 – Situação socioprofissional dos pais dos alunos.

A turma identificada anteriormente facilitou sempre o trabalho do mestrando, sendo possível a transmissão de todas as aprendizagens inicialmente planificadas. A sala de aula tinha ao seu dispor as condições encontradas na grande parte das salas de aula das escolas públicas em Portugal, isto é, um computador em média para 2 alunos.

2.3.2 Sala de Aula

Em relação aos recursos tecnológicos disponíveis na sala de aula, esta era constituída por 15 computadores, sendo que 14 disponíveis para os alunos, e 1 na secretária do professor para transmissão de aprendizagens. Todos tinham ligação à Internet, bem como todas as ferramentas necessárias para o cumprimento da planificação da disciplina de TIC do 10º Ano.

Para a interação e navegação de páginas *Web* e projeção das aprendizagens, foi utilizado um quadro interativo que se encontrava disponível na sala de aula.

A não existência de um computador para cada aluno pode ser apontada como uma carência para as aprendizagens e na concretização de algumas das atividades, tais como, resolução de fichas de trabalho, implementação de testes de avaliação e pesquisas individualizadas. Foi sem dúvida um desafio na planificação e elaboração de instrumentos de trabalho, colmatadas com a elaboração de tarefas de resolução em grupo, promovendo o trabalho colaborativo e cooperativo entre os alunos.

A existência de um aparelho, na escola, de apresentação de diapositivos e com a função de apontador, facilitou a apresentação de conteúdos, deslocação pela sala e a possibilidade de maior proximidade com os alunos aquando da transmissão dos conteúdos e facilitando a aprendizagem dos alunos.

A sala de aula encontrava-se organizada da seguinte forma: um conjunto de mesas no centro, em forma de U, como se pode verificar na figura 8, no qual os alunos se sentavam enquanto o professor fazia a verificação de presenças, apresentava o sumário da aula e transmitia as aprendizagens. Os computadores estavam também em forma de U, voltados para a parede.

A planta 3D da sala de aula possibilita ao leitor identificar e visualizar as características físicas e disposição dos alunos pela sala de aula.

Na construção desta planta 3D, elaborada no *Google SketchUp 8*, foram aplicados conceitos aprendidos na unidade curricular de Ambientes Tridimensionais do Mestrado.



Figura 8 – Planta 3D da sala onde decorreram as didáticas.

Google SketchUp 8 – Copyright grupo de estágio de Arganil, ano letivo 2012/2013

2.4 Componente Letiva

O autor inclui nesta secção as didáticas efetuadas e sua preparação, as aulas assistidas conjuntamente pelos dois orientadores e a observação de uma aula de outro nível de ensino.

2.4.1 Aulas

A 15 de outubro foram iniciadas as funções didáticas, e a apresentação à turma. Foi comunicado pelo orientador cooperante qual o papel a desempenhar pelo estagiário. Seguidamente à aula do professor cooperante foram tiradas as primeiras ilações sobre o comportamento da turma e aplicação de metodologias.

Desde logo, o orientador cooperante referiu que a turma mesmo estando perante uma pessoa desconhecida, não tinha alterado o seu comportamento.

Na segunda aula, verificou-se que alguns alunos já começavam a faltar às aulas, dificultando a tarefa do professor. Na aula seguinte, o professor teve de explicar aos alunos que não tinham comparecido as aprendizagens efetuadas na aula anterior.

Por proposta do professor cooperante, a terceira aula já foi lecionada pelo estagiário, a qual foi preparada e planeada antecipadamente em reunião com o orientador. Esta primeira aula foi a afirmação do papel a desempenhar e a colocação em prática de algumas das aprendizagens aprendidas nas diferentes disciplinas do Mestrado.

Em determinadas aulas o comportamento de alguns alunos perturbou a transmissão das aprendizagens, os quais, após uma chamada de atenção, normalmente acatavam as recomendações dadas.

A turma era bastante acessível e cumpridora nas tarefas propostas, com a exceção de alguns alunos que faltavam constantemente, dificultando assim a sua aprendizagem.

As aulas lecionadas decorreram na sala vinte com a duração de noventa minutos das quais três foram observadas por ambos os orientadores.

2.4.2 Preparação das Aulas

A elaboração de exercícios para aplicação nas aulas é uma das funções primordiais e fulcrais da função do professor. Estes foram cuidadosamente preparados, recorrendo sempre que possível a temáticas do quotidiano e a ferramentas disponíveis na Web.

Nos módulos de folha de cálculo e bases de dados, as didáticas foram focalizadas em temáticas atuais, nomeadamente eventos desportivos (futebol, fórmula 1) funcionamento e acesso de venda de produtos de uma papelaria e exercícios culturais. Na construção de páginas *Web*, optou-se por assuntos relacionadas com as temáticas de cada curso profissional, ficando à escolha dos alunos os temas.

Em relação à aplicação e elaboração de todos estes exercícios e o recurso a ferramentas disponíveis na Internet, tais como, *WebQuest*, *Youtube*, *Wix* e inquéritos de opinião, tiveram sempre a aprovação do orientador cooperante para a sua aplicação nas aulas.

A aplicação, na PES, de técnicas e ferramentas aprendidas nas disciplinas do primeiro e segundo ano do Mestrado, permitiu aos alunos desenvolver habilidades e competências de grande importância para as suas aprendizagens.

Quando aplicada uma *WebQuest* para resolução de uma aprendizagem, foi visível a motivação e empenho dos alunos nas aprendizagens. Com a aplicação desta atividade foi possível concluir, através de um inquérito, que alunos gostariam de repetir a experiência. Esta ferramenta está referida em Frias (2013).

Uma *WebQuest* corresponde à metodologia de pesquisa na Internet, cuja operacionalização simples configura um recurso educativo passível de estimular o empenho e o pensamento crítico dos alunos. Trata-se de uma ferramenta bastante simples e rica, que potencia a utilização da *Web* de forma educativa, fortalecendo a aprendizagem dos alunos.

Como descreve Carvalho (2006), “*as WebQuest são originalmente atividades desenhadas por professores para serem resolvidas pelos alunos na Web*”.

As *WebQuest* poderão ser utilizadas pelos professores de forma a orientar as suas atividades de aprendizagem e a motivar os seus alunos. Para tal é necessário que a sua elaboração seja correta e estruturada em etapas bem definidas.

A sua aplicação permitiu concluir que os alunos valorizam a introdução de ferramentas como a *WebQuest*, para realização de exercícios, afirmando que gostariam que fosse novamente aplicado este método.

Em relação à utilização da plataforma *Moodle* para disponibilização de materiais e fichas de trabalho, já estava implementada pelo professor orientador cooperante, o qual continuou a ser o canal usado para esse efeito. Contudo, foi igualmente utilizado para aferir se os alunos adquiriram os conteúdos transmitidos, com recurso a pequenos exercícios de avaliação.

Esta prática permitiu constatar que os alunos quando são expostos a um exercício de avaliação, ao qual foram informados antecipadamente que o iriam ter de fazer, participam mais nas atividades e não faltam às aulas em causa.

Esta plataforma foi igualmente utilizada, por cada elemento do núcleo de estágio, de forma a serem realizadas investigações através de inquéritos aplicados aos alunos.

Outra ferramenta disponível na *Web* e utilizada nas aulas foi o *Wix*. Esta ferramenta foi utilizada no módulo 3 – Criação de Páginas *Web*, depois de transmitidos os

conceitos sobre construção de páginas *Web* e serem construídas pequenas páginas *Web* no *FrontPage*, *Dreamweaver* e *BlueGriffon*.

Os alunos, após a realização de pesquisas na *Web* sobre temáticas relacionadas com o seu curso, usaram a ferramenta *Wix* para a construção e divulgação de uma página *Web*.

Esta ferramenta de fácil entendimento e uso possibilitou um maior envolvimento dos alunos na construção do seu *Website*, ocorrendo até uma pequena competição, entre alguns alunos, no seu desenvolvimento.

Após a finalização das páginas *Web*, cada grupo, constituído por dois elementos, apresentou à turma os trabalhos realizados, de forma a promover o debate entre os alunos. Desta forma, conseguiu-se captar a atenção dos alunos para o trabalho realizado durante as aulas, aumentando assim a sua motivação e empenho. Na opinião de Cruz (2007), “*a WebQuest permite a aprendizagem colaborativa e implica que o aluno seja responsável na sua aprendizagem, adotando uma posição ativa face ao que tem de aprender*”.

2.4.3 Aulas Assistidas

A primeira aula assistida foi realizada no dia 22 de janeiro de 2013 com início às 09h15, tendo um intervalo às 10h00 de 15 minutos, terminando a aula às 11h00.

No início da aula foi realizada a chamada para verificação de presenças, seguidamente foi mostrado o mapa de Gant, para que os alunos tivessem conhecimento do tempo definido para cada uma das tarefas da aula. Posteriormente foram apresentadas as aprendizagens, e por fim foi lançado um exercício para aplicação prática das aprendizagens efetuadas.

O comportamento dos alunos nesta aula foi bom, bem como o seu empenho na resolução do exercício proposto. Findo a respetiva aula, foi realizada uma reunião com os

respetivos orientadores, para debate de ideias, percepções sobre a metodologia utilizada e pontos a melhorar (término da aula e mais interação com os alunos).

Relativamente à segunda aula assistida, foi realizada no dia 17 de abril de 2013 com início às 11h55 e término às 13h25.

A chamada foi realizada no início da aula, sendo seguidamente exibido o mapa de *Gantt*, e apresentadas as aprendizagens. Foi proposto aos alunos um exercício para consolidação das aprendizagens. De salientar, que os alunos empenharam-se na resolução do exercício proposto e tiveram um comportamento adequado durante toda a aula.

Esta aula observada relativamente à primeira aula assistida, e devido à solicitação de melhorias e correções pelos orientadores, a interação com os alunos foi maior, bem como, ter dado o término da aula no momento certo.

No final da aula foi efetuada uma reunião com os respetivos orientadores, para debate de ideias, percepções sobre a metodologia utilizada e pontos a melhorar (interação no início da aula com os alunos).

Por fim, a terceira aula assistida, decorreu no dia 13 de maio de 2013 com início às 09h15, com um intervalo às 10h00 de 15 minutos, terminando às 11h00.

Nesta terceira aula assistida usou-se o mesmo planeamento de aula já implementado nas aulas anteriores, primeiro a chamada, seguindo-se a apresentação do mapa de *Gantt* de forma aos alunos conhecerem quais as tarefas a serem executadas e respetivas aprendizagens. Por último, foi proposto um exercício com o objetivo de colocarem em prática as aprendizagens adquiridas.

O seu comportamento foi considerado bom, com a exceção de uma aluna, que não queria cumprir com a solicitação de se sentar no local indicado, comportamento este que levou à intervenção consertada entre o estagiário e o professor cooperante de forma a

findar o problema. Em relação ao seu empenho, foi muito bom, pois a totalidade dos alunos resolveu o exercício proposto com determinação e dedicação.

Esta aula observada, comparativamente com as duas primeiras aulas, foi sem dúvida a mais bem conseguida, pois foram corrigidas as solicitações indicadas pelos orientadores, nomeadamente uma maior interação com os alunos desde o início até ao final da aula e o término da aula foi realizado no “timing” certo.

2.4.4 Observação de Aulas de outro Nível de Ensino

A observação de aulas de outro nível de ensino permitiu ao orientando um enriquecimento metodológico e didático, pois esteve em contacto com outra metodologia de ensino que proporcionou troca de ideias e estratégias de ensino/aprendizagem.

A turma era do 7º ano de escolaridade, com idades compreendidas entre os 11 e os 13 anos e constituída por 15 raparigas e 12 rapazes, com diferentes comportamentos e competências.

O professor, recorrentemente, chamava a atenção dos alunos para as aprendizagens e para o bom comportamento em sala de aula.

A aula estava planificada de forma a elaborarem um exercício de pesquisa direcionada.

Foi possível constatar a dificuldade em gerir uma aula de 45 minutos, dos quais 10 minutos são gastos na verificação de presenças, os alunos ocuparem os seus lugares e ligarem os computadores. No final da aula, 5 minutos são necessários para que a sala fique devidamente arrumada e os computadores desligados.

As tarefas inerentes ao papel do professor de informática na escola passam pela lecionação de aulas, apoio e resolução de problemas informáticos, formação dos diversos

agentes educativos sobre temáticas de informática entre outras tarefas referentes à componente não letiva.

2.5 Componente Não Letiva

Após definida a escola para realização da PES, foi preocupação do núcleo de estágio inteirar-se desde cedo sobre as regras e práticas aí aplicadas.

A 5 de setembro, em reunião do grupo de informática, e devido a este ser bastante reduzido (3 elementos), foi-nos solicitado que pertencesse-mos à equipa que iria dar formação aos professores do Agrupamento sobre duas aplicações a serem utilizadas durante o ano letivo. As aplicações em causa eram a plataforma *Webuntis*, que permite aos professores escreverem o sumário e efetuar as respetivas faltas dos alunos de forma eletrónica. A outra aplicação, *GIAE*, possibilita aos mesmos criarem e gerirem eletronicamente as atividades do Plano Anual de Atividades.

Foi elaborado o plano de atividades do Núcleo de Estágio de Arganil (Anexo III), o qual foi cumprido integralmente. Houve, no entanto, a necessidade de ser adaptado de acordo com o reajustamento de algumas das datas inicialmente previstas, como é o caso da formação de professores, devido à acreditação da respetiva formação e dos formadores, pelo CCPFC (concelho científico-pedagógico da formação contínua), para aquisição de conhecimentos e competências por parte dos seus participantes.

Algumas das tarefas desempenhadas na componente não letiva foram a elaboração de grelhas de avaliação dos respetivos departamentos para uniformização entre os professores, a ajuda na identificação de alguns problemas de grelhas individuais de avaliação de alguns professores.

Como o Agrupamento tem um técnico de informática, que presta serviço ao Agrupamento e resolve grande parte dos problemas que ocorrem com algum material

informático, é uma mais-valia, permitindo uma maior disponibilidade para o apoio em outras tarefas, como foi o caso das PAP (provas de aptidão profissional).

Relativamente às ações de formação, que foram planificadas pelo núcleo de estágio, decorreram como inicialmente planificadas. Na ação de formação do Excel (Excel: Apoio à Atividade Docente – 25 horas), foram criadas duas turmas devido ao elevado número de inscrições. Uma turma era executada à quinta-feira, depois do final do horário escolar (18:00 – 20:30). A outra turma foi ministrada na sua globalidade ao sábado, com a exceção de duas sessões que decorreram à quinta-feira. Desde logo se verificou a vontade de aprender dos formandos, o qual estiveram empenhados na resolução dos exercícios propostos. É ainda de salientar o esforço efetuado pelos formandos após um dia de trabalho ou deslocarem-se ao sábado para receberem a formação.

Relativamente à ação de formação sobre ferramentas online de consulta, partilha e organização de informação, foi realizada à quarta-feira à tarde das 14:30 às 19:30. Decorreu como planificado, na qual tivemos uma boa receptividade por parte dos formandos para as aprendizagens.

No terceiro período, e por solicitação do orientador cooperante e devido a uma maior disponibilidade da minha parte devido ao término do contrato com a escola no qual estava a exercer a função como docente, dei apoio a alguns alunos na realização e orientação nas PAP.

A planificação dos exercícios foi realizada com a preocupação de proporcionar aos alunos, sempre que possível, o recurso e manuseio de ferramentas e aplicações das tecnologias de informação e comunicação (TIC).

3. PLÁGIO DE FORMA INCONSCIENTE NA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ESCOLARES

Neste capítulo descreve-se a investigação efetuada durante a PES. A principal motivação para a escolha do tema do plágio em contexto escolar surgiu após a observação de más práticas na elaboração de trabalhos de pesquisa na disciplina de TIC pelos alunos.

A investigação assenta num estudo de caso de natureza exploratória, com alunos do Ensino Básico e Secundário do Agrupamento de escolas de Arganil.

Como existe plágio, e o tema faz parte do currículo de TIC, o objetivo deste estudo foi saber se os alunos tinham a perceção do que é o plágio.

Existe, por isso a necessidade de termos uma escola mais informada, não basta transmitir apenas conhecimento, devemos ensinar aos alunos como investigar, relacionar dados e ter espírito crítico. Os alunos não se devem conformar com os conteúdos transmitidos pelos seus professores, mas sim fazer uma pesquisa de forma a complementar esse conhecimento, encontrando-se assim, mais preparados para enfrentarem o mercado de trabalho.

Carvalho (2006) salienta que o principal desafio é ensinar os alunos a selecionar e filtrar a informação, as ferramentas e conteúdos pertinentes e úteis com aplicação educativa, para realização de trabalhos realizados pelos alunos, os quais devem ser de boa qualidade, exigência, fiabilidade e rigor.

A escola não deve descorar o enorme potencial que a Internet proporciona à comunidade escolar, a qual deve preparar os jovens para a utilizar de forma esclarecedora e crítica.

O recurso às tecnologias de informação e comunicação (TIC) pela comunidade escolar e da sociedade atual é de extrema importância para resolução e execução das suas funções rotineiras, sendo por isso, ferramentas chave. Em contexto escolar o recurso às mesmas já é considerável, apesar de ainda existir alguma renitência na sua utilização, tal como o autor Silva (2009) assinala “... *há mudanças, mas são pequenas, ínfimas, diante do peso da organização escolar como local e tempos fixos, programados, oficiais de aprendizagem*”.

Os modelos de aprendizagem centram-se no professor e nos respetivos conteúdos, no entanto, tende a ser alterado gradualmente a forma de ensino e aprendizagem. Os alunos das escolas de hoje, já nasceram nesta nova era, a digital. No que se refere à utilização das mesmas, “*os jovens manipulam e interagem de forma exímia*” (Terra, 2012).

O recurso à Internet, como qualquer outro tipo de tecnologia, pode ser boamente ou erradamente empregue na construção de conhecimento com recurso à informação disponível por este meio. Como publicou Sarmiento (2005), “*se por um lado a utilização das tecnologias favorece a rapidez na disseminação da informação e possibilita a inclusão social, por outro, torna vulnerável a integridade de conteúdo*”.

No entanto, este veio proporcionar formas de comunicação até outrora acessíveis apenas às pessoas com possibilidades de poderem viajar até aos locais onde as fontes de informação se encontravam, facultando aos estudantes, professores, investigadores e outros, viajar pelo mundo sem ter de sair de casa ou do seu local de trabalho. Possibilitou

também conhecer outras realidades, fatores económicos, políticos e sociais de outras nações e aprender novas línguas.

Passou a ser possível fazer compras, trocar informações e relacionar-se com outras culturas. Tornou-se portanto, uma fonte de aquisição de saberes, permitindo a cooperação e a partilha de conhecimento, até a esse momento restrita às escolas e universidades na figura do professor detentor desse mesmo conhecimento.

Com este acesso fácil à informação, levou a que alguns alunos elaborassem os seus trabalhos recorrendo à cópia de conteúdos e pensamentos de outras pessoas. Segundo Valdemar (2012) *“a par de todas as possibilidades e benefícios da utilização das TIC, (...), é necessário assegurar, (...), mecanismos e estratégias apropriados para minimização de eventuais abusos ou ilegalidades que ocorram com a utilização destas tecnologias”*.

O recurso ao estudo exploratório, não se trata apenas do levantamento de questões, mas sim contribuir para a elaboração de um cenário possível de ser transformado, posteriormente, num objeto de investigação.

Para a recolha de dados utilizou-se como instrumento um inquérito (Anexo I), este foi enviado por correio eletrónico aos alunos do Agrupamento de Escolas de Arganil. Trata-se de uma técnica sem custos, as questões colocadas são as mesmas para todos os inquiridos e é garantido o seu anonimato.

Na primeira parte do inquérito pretendemos obter dados de caráter pessoal, tais como idade, ano de escolaridade, sexo e se os alunos têm ou não internet em sua casa. Esta preocupação na recolha de alguns dos seus dados pessoais deve-se ao facto da obtenção de possíveis relações entre as opiniões dos inquiridos.

Na segunda parte tencionamos ter conhecimento de como os alunos elaboram os seus trabalhos de pesquisa, começando por aferir se eram pedidos trabalhos de pesquisa

aos alunos, tal como os locais onde estas eram realizadas. Foi nossa intenção, igualmente identificar se incluíam nos seus trabalhos as fontes das suas pesquisas, se sabiam o que é o plágio, qual o nível de informação sobre o tema e se recorriam a esta prática, em caso afirmativo quais as suas razões.

As questões foram então formuladas de forma a ir de encontro aos objetivos, investigando se o aluno ao recorrer ao plágio fá-lo de forma intencional ou irracional.

Aprender a analisar, sintetizar e a reaplicar a informação em diferentes contextos, torna-se imprescindível e pode ser, simultaneamente, uma forma de combater o plágio. Sendo assim, o professor deve ensinar os alunos a elaborar os trabalhos de pesquisa, onde pesquisar, comparar os conteúdos encontrados com outras fontes e aprender a criticar.

A forma como os alunos elaboram os trabalhos de pesquisa, em contexto escolar, deve ser uma das preocupações dos professores. O professor deve mostrar aos seus alunos como deve ser realizada uma pesquisa, como seleccionar e sintetizar a informação e relacionar os dados entre si (Lima, 2003).

3.1 Plágio em Contexto Escolar

A sensibilização para o problema do plágio é realizada nas escolas pelos professores. Faz parte das metas curriculares esta preocupação em ensinar os alunos como devem fazer os seus trabalhos de pesquisa, o respeito pelos direitos de autor e propriedade intelectual³.

Munhoz (2011) aponta como razões principais para o recurso ao plágio por parte dos alunos, na realização de trabalhos de pesquisa, as suas diferentes motivações, tais

³ www.dge.mec.pt/data/dgide/noticias/Metas/TIC.pdf

como, a pressão do prazo, sobrecarga de atividades, o desejo de obter boas notas, desleixo, preguiça intelectual, baixa percepção do risco, falta de compromisso académico e pouco estímulo à criação e reflexão, por ignorância ou compreensão insuficiente das regras.

A autora defende como estratégia de combate ao plágio a *“adoção de uma cultura de formação ética, que abranja estratégias pedagógicas valorizadoras da honestidade académica”*.

No entanto, Carvalho (2007) declara que *“muitos professores constataam plágios frequentes nos trabalhos”*, assegurando também que *“muitos deles não são por desonestidade dos alunos”*, mas sim por *“ignorância”*. Como forma de combate ao plágio, defende que os alunos deverão aprender a analisar, sintetizar e replicar a informação corretamente a informação.

O professor de informática deverá ensinar os seus alunos a fazerem uma pesquisa corretamente, como selecionar e sintetizar a informação recolhida, e produzir informação válida, promovendo o pensamento crítico, devendo ocorrer no final do primeiro ciclo e o início do segundo ciclo de ensino. Segundo um estudo efetuado pela EU Kids⁴, *“mais de metade das crianças e jovens dos nove aos onze anos afirma não saber como pesquisar informação sobre segurança online”*.

Terra (2012), após um estudo realizado a 195 alunos do 3º Ciclo e Ensino Secundário, salienta que os alunos possuem algumas dificuldades no tratamento e transformação da informação que recolhem, recorrendo normalmente à técnica do copy/paste. Menciona também a pouca importância dada, pelos alunos, à questão da autoria e à fonte da informação. Como forma de minimização e diminuição de tais

⁴<http://www.miudossegurosna.net/artigos/2012-11-27.html>

práticas, considera necessário alertar e desafiar os professores e educadores para que sejam mediadores, parceiros e formadores dos alunos para a problemática do plágio.

Na opinião de Sarmiento (2005), uma forma de prevenir abusos como o plágio, é recorrer ao comércio do material em acesso livre, como é o caso do de alguns repositórios de Creative Commons Attribution License, garantindo-se os direitos de autor, sendo especificadas as condições que permitem a utilização dos conteúdos. Ao leitor, é possível copiar e distribuir a obra, desde que seja dado o referido crédito ao seu autor. O autor também pode disponibilizar a sua obra sem especificar qualquer restrição à sua cópia ou distribuição, considerando-o como de domínio público.

Plágio ou ato de plagiar, significa *“roubar e fazer-se passar (das ideias ou palavras de outro) usando-as como se fossem suas, sem citar a fonte, apresentando a ideia ou produto como sendo original, o qual é derivado de uma fonte existente”*⁵. Logo, plagiar não é mais do que roubar as ideias de alguém e de seguida afirmar que essa ideia é da sua autoria, usufruindo das mais-valias que o mesmo acarretam ou podem vir a oferecer posteriormente.

O direito de autor é um Direito do Homem e um Direito Fundamental, consagrado na Constituição da República Portuguesa, que protege as obras ou criações intelectuais. É um ramo do Direito Civil que se rege, essencialmente, pelas disposições do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos (CDADC), publicado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de Março, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 45/85, de 17 de Setembro, 114/91 de 3 de Setembro, pelos Decretos-Leis n.ºs. 332/97 e 334/97, ambos de 27 de Novembro, e pelas Leis n.ºs 50/2004, de 24 de Agosto, 24/2006, de 30 de Junho e 16/2008, de 1 de Abril.

⁵ <http://www.plagiarism.org> (consultado em Fevereiro de 2013)

A proteção conferida pelo Direito de Autor é reconhecida em todos os países da União Europeia, nos países subscritores da Convenção de Berna para a Proteção de Obras Literárias e Artísticas e nos países membros do Tratado OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual).

Disposições legais relevantes: 42º da Constituição da República Portuguesa e 1º do CDADC⁶.

De acordo com a lei dos USA (Estados Unidos da América), plágio ou ato de plagiar é considerado crime público, pelo facto de a produção de ideias exclusivas ser considerado propriedade intelectual, sempre que registadas de alguma forma (em livro, documento escrito ou digital, agência de registo de patentes, etc.).

Relativamente aos direitos de autor, correspondem à lei que preserva a patente intelectual de um ou vários indivíduos, concedendo-lhes propriedades plurais sobre a reprodução e partilha de uma determinada ideia, opinião, feitura, material, etc.

3.2 Descrição da Investigação

A investigação percorreu a metodologia de estudo exploratório, com o recurso a um inquérito, através do envio do mesmo por correio eletrónico, aos alunos do 2º e 3º ciclo do ensino básico, cursos de educação e formação (CEF) e ensino secundário (profissional e científico/humanístico) do Agrupamento de Escolas de Arganil, representando uma amostra de 68 do total de 934 alunos.

O inquérito foi realizado entre o dia 1 e 15 de Julho de 2013, sendo que, o maior número de respostas foi dado no primeiro dia (1 de Julho) com 24 respostas, como ilustra o seguinte gráfico.

⁶ <http://www.spautores.pt> (consultado a 12-03-2013)

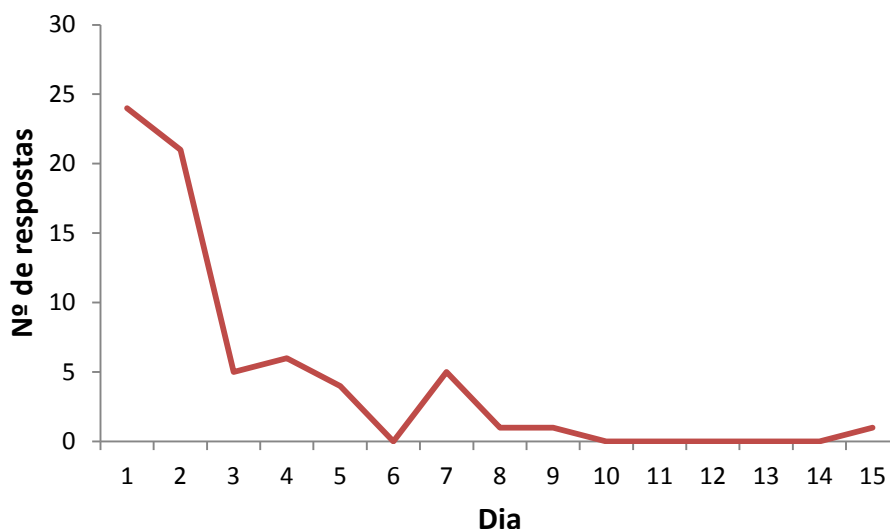


Gráfico 5 – Número de respostas diárias dadas ao inquérito.

Com este inquérito pretendeu-se analisar se os alunos revelam conhecimento do que significa o plágio, perceber qual a incidência da prática de plágio em contexto escolar e aferir qual a razão principal do recurso ao plágio.

Assim esta investigação tem como objetivo fazer com que os alunos reflitam sobre os direitos de autor e a prática de plágio na elaboração dos trabalhos de pesquisa e a alteração de tais atos em trabalhos posteriormente concretizados.

3.2.1 Técnica e Instrumentos de Recolha de Dados

O estudo de natureza exploratório, com recurso a um inquérito alcançou os objetivos inicialmente definidos. Foi realizado na aplicação do Google Drive, recorrendo à ferramenta de criação de formulários. Este foi aplicado, entre o dia 1 e 15 de julho de 2013, enviado, após autorização da direção do Agrupamento, aos alunos do Agrupamento através do correio eletrónico interno.

O inquérito aplicado foi, por diversas vezes, testado, ajustado e aperfeiçoado na turma na qual decorreu o estágio da prática de ensino supervisionada. Bem como,

considerando as correções solicitadas pelos orientadores e a opinião de alguns alunos sobre as questões colocadas no inquérito.

3.2.2 A Caraterização da Amostra

De acordo com as respostas obtidas do inquérito (Anexo II), verifica-se que a amostra integrou 68 alunos dos quais 75% dos inquiridos são do sexo feminino e 25% do sexo masculino, como mostra o gráfico seguinte.

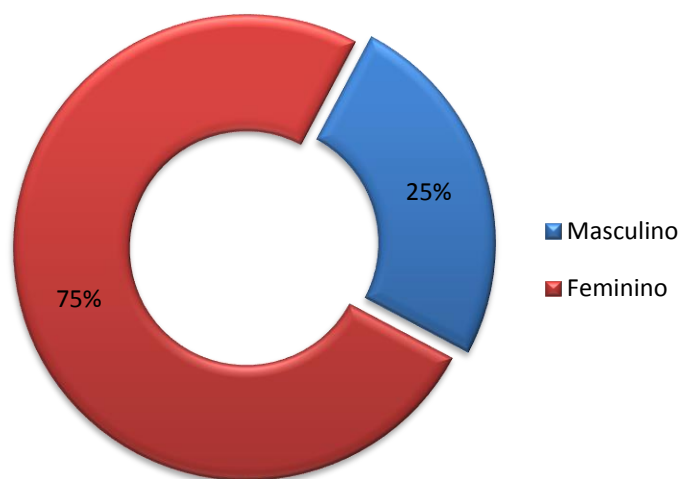


Gráfico 6 – Género dos alunos inquiridos.

Relativamente à faixa de idades, amostra está compreendida entre os 12 e os 20 anos. No entanto o gráfico 7 indica que a grande maioria dos alunos que responderam ao inquérito têm idades entre os 15 e os 18 anos.

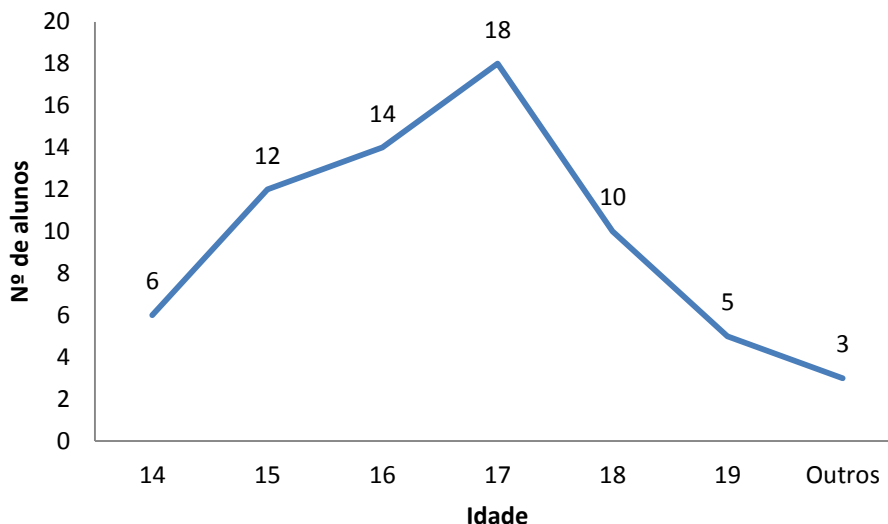


Gráfico 7 – Gama de idade dos alunos inquiridos.

Como se observa no gráfico 8, dos alunos inquiridos 71% frequentam o ensino Secundário do Agrupamento de Escolas de Arganil e 29% estudam no 2º e 3º ciclo do ensino Básico.

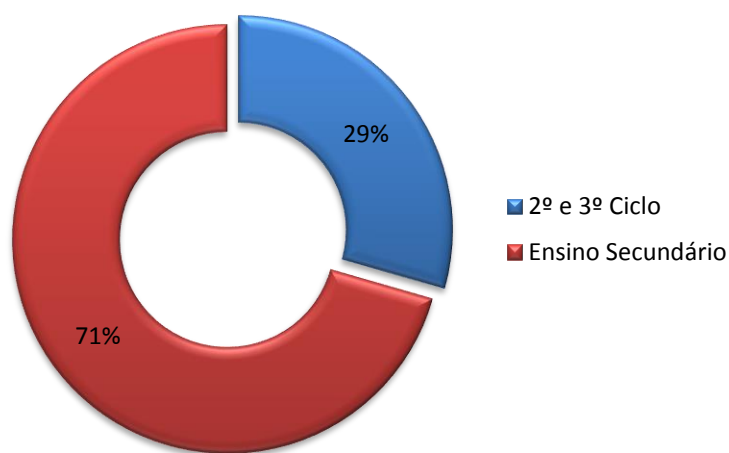


Gráfico 8 – Alunos que frequentam o 2º e 3º Ciclo e Ensino Secundário.

3.2.3 Análise dos Resultados

A realização do inquérito permitiu identificar qual a percentagem de alunos que recorrem ao plágio para elaborarem os trabalhos de pesquisa, quais as razões para a não referenciação das fontes de pesquisa e citação dos autores.

Dos 68 alunos inquiridos, 67 afirmam ter Internet em casa. A mesma percentagem refere ainda que, os professores lhes solicitavam a realização de trabalhos de pesquisa.

Face à pergunta, “em que site da internet efetuam as suas pesquisas”, 38% dos alunos referiu usar apenas o Google, 31% afirma que utilizam o Google e Wikipédia, e somente 1,5% o Wikipédia. É ainda de salientar que os restantes 28% alunos mencionam utilizar os três sites como fontes de pesquisa e outras, não indicando quais, como apresenta o gráfico 9.

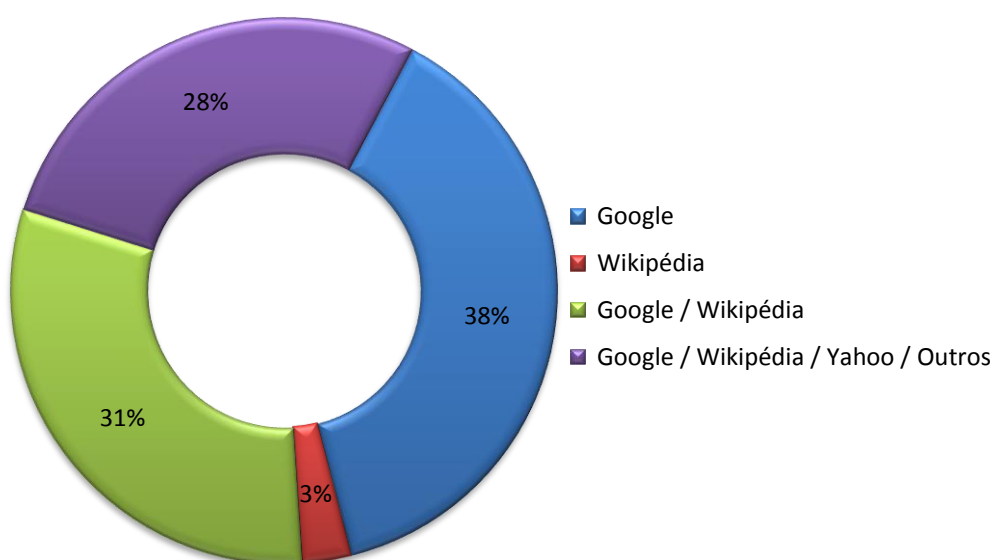


Gráfico 9 – Local de pesquisa para elaboração dos trabalhos.

Segundo a pergunta se “colocavam nos trabalhos o local de onde era retirada a informação”, o gráfico 10 mostra que cerca de 60% respondeu sim, no entanto também é de notar uma elevada percentagem de alunos (38%) que indica que só às vezes é que coloca a fonte de onde é retirada a sua pesquisa, e apenas 2% responde que não. Fazendo uma analogia com um estudo encomendado pela Common Sense Media em 2009⁷, mais de um terço (38%) dos alunos do 7º ao 12º ano de escolaridade já tinham realizado cópias de texto da internet, o que vem validar, em parte, os resultados do nosso estudo.

⁷ <http://www.education.com/magazine/article/stop-plagiarism-plague> (consultado a 28-08-2013)

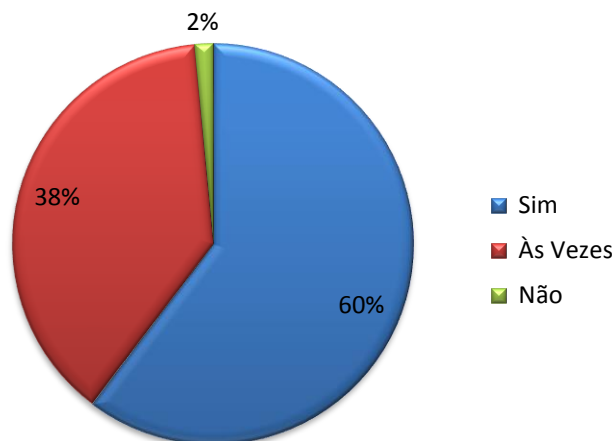


Gráfico 10 – Referenciação da fonte de pesquisa.

De forma a complementar a questão 9 do inquérito (Anexo II), perguntamos aos alunos qual o motivo de não colocarem nas suas pesquisas a referência bibliográfica. Em que a sua maioria, aproximadamente 86%, respondeu por “esquecimento” e 7% referiram que “não sabia que era necessário”, gráfico 11.

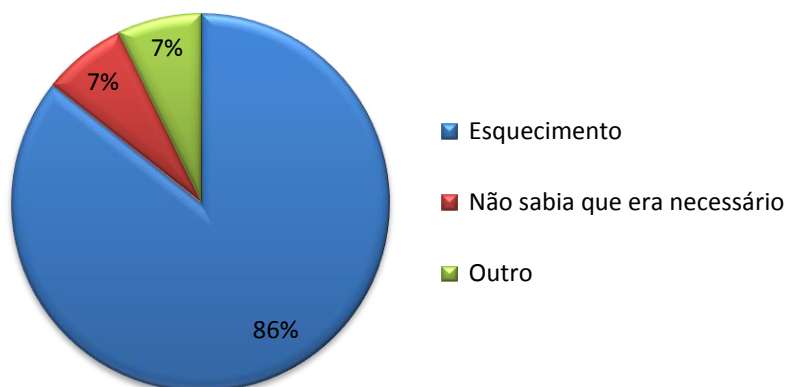


Gráfico 11 – Razões para a não referenciação bibliográfica.

Depois de se identificar as práticas de pesquisa e a forma como elaboram os trabalhos escolares, questionamos aos alunos se tinham conhecimento do conceito de plágio, 2 alunos referiram que não estavam informados sobre o que é o plágio, 2 pouco informados, 22 mencionaram que estavam suficientemente informados, 29 bem informados e por último 13 inquiridos muito bem informados, como ilustra a figura 12.

Desta forma é possível concluir que a maioria dos alunos tem informação suficiente e consciência do significado de plágio.

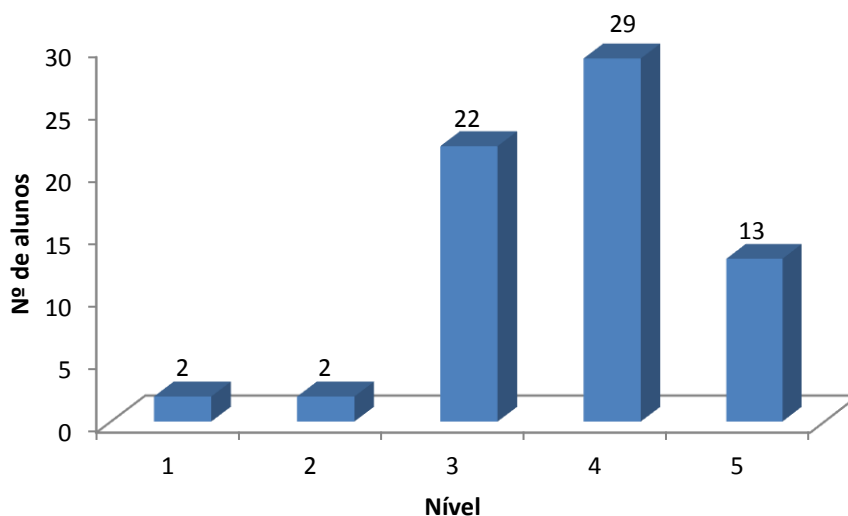
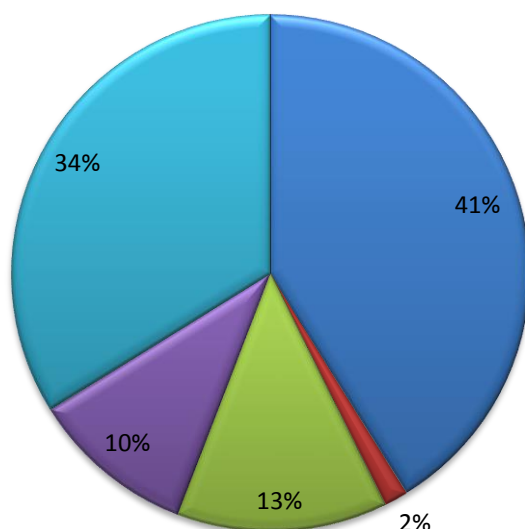


Gráfico 12 – Nível de conhecimento dos alunos sobre o significado de plágio.

Seguidamente tornou-se importante saber qual o significado que os alunos selecionariam para definir o plágio. O qual 41% dos alunos selecionou a opção, “é roubar a ideia do outro e dizer que é sua”, também uma elevada quantidade de alunos, aproximadamente 34%, indicaram mais do que uma das hipóteses. É de salientar que tanto a resposta “é copiar qualquer tipo de informação sem dizer de onde foi tirada” como a opção “uso das teclas Ctrl e C para copiar da Internet e Ctrl e V para colar no trabalho de pesquisa”, têm praticamente a mesma percentagem de respostas, 13% e 10%, respetivamente (gráfico 13).



- É roubar a ideia do outro e dizer que é sua
- É fazer os trabalhos com a informação que encontra na Internet sem dizer de onde
- É copiar qualquer tipo de informação sem dizer de onde foi tirada
- Uso das teclas ctrl e c para copiar do site da internet e ctrl e v para colar no trabalho de pesquisa
- Outros

Gráfico 13 – Qual a opinião dos alunos sobre o que significa o plágio.

Os alunos à pergunta “com que frequência recorres ao plágio para realizares os trabalhos escolares”, 25% assinalaram que “nunca” o faziam, 40% selecionaram a opção “raramente”, 26% indicaram a opção “por vezes” e os restantes 9% alunos escolheram a opção “frequentemente”, sendo que nenhum aluno selecionou a opção sempre como resposta, como se observa no gráfico 14. Comparando as respostas, com um estudo realizado por Valdemar (2012), podemos verificar, mesmo em locais distantes geograficamente, que os alunos apresentam comportamentos semelhantes, sendo respetivamente, 16% aqueles que nunca recorriam ao plágio, 39% raramente, 33% às vezes, 10% frequentemente e por fim 2% referiram que recorriam sempre ao plágio.

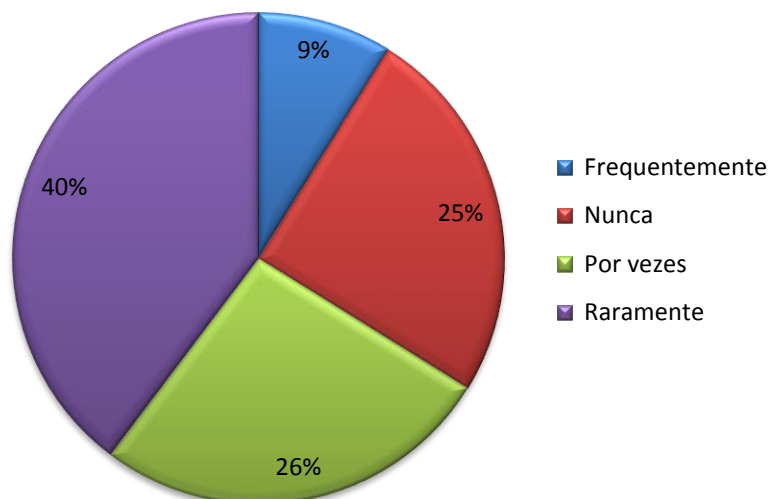


Gráfico 14 – Frequência dos inquiridos ao plágio.

E por último, questionamos os alunos, sobre quais as razões que os levam a fazer plágio, 41% indicaram a opção “falta de ideias para realizar o trabalho”, 29 % selecionaram a opção “falta de tempo para realização de leituras”, 27% escolheram a opção “falta de tempo para a realização de pesquisa”, 3% apontaram outro como justificação, como se ler no gráfico seguinte.

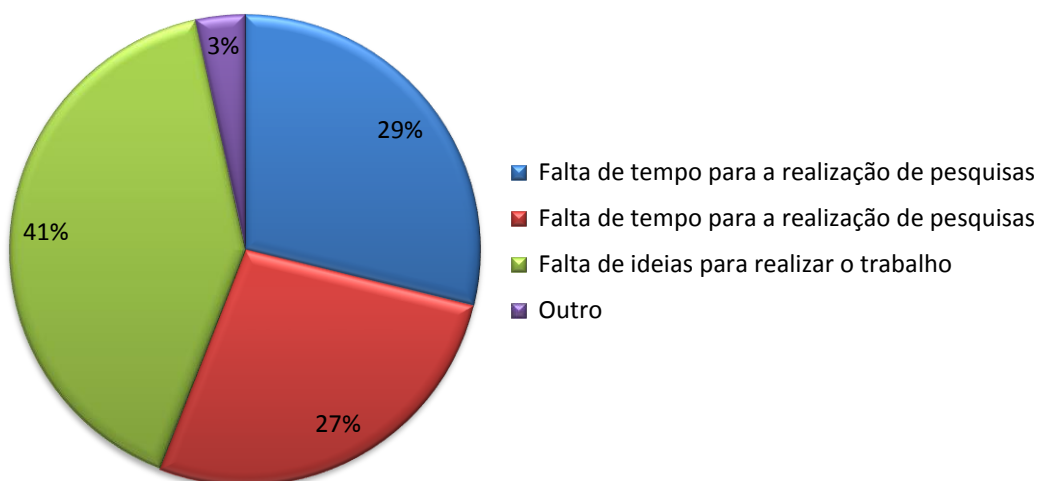


Gráfico 15 – Razões apontadas para os alunos recorrerem ao plágio.

Como se trata de um estudo exploratório, permite-nos apenas especular sobre possíveis relacionamentos entre dados da mesma resposta ou entre respostas diferentes. Analisando o ficheiro relativo às respostas dos inquiridos, permite-nos verificar que um determinado aluno optou por uma dada opção.

Desta forma, tendo em conta os dados recolhidos permite-nos especular, em relação à referenciação da fonte de pesquisa, que os alunos do Ensino Científico Humanístico têm um comportamento mais racional e correto nas suas pesquisas. Os alunos pertencentes ao Ensino Científico Humanístico 60% selecionaram a opção “*sim*”, 37% “às vezes” e 3% a opção “*não*”, enquanto o ensino Profissional, 50% escolheu a opção “*sim*” e 50% “às vezes”, como ilustra o seguinte gráfico.

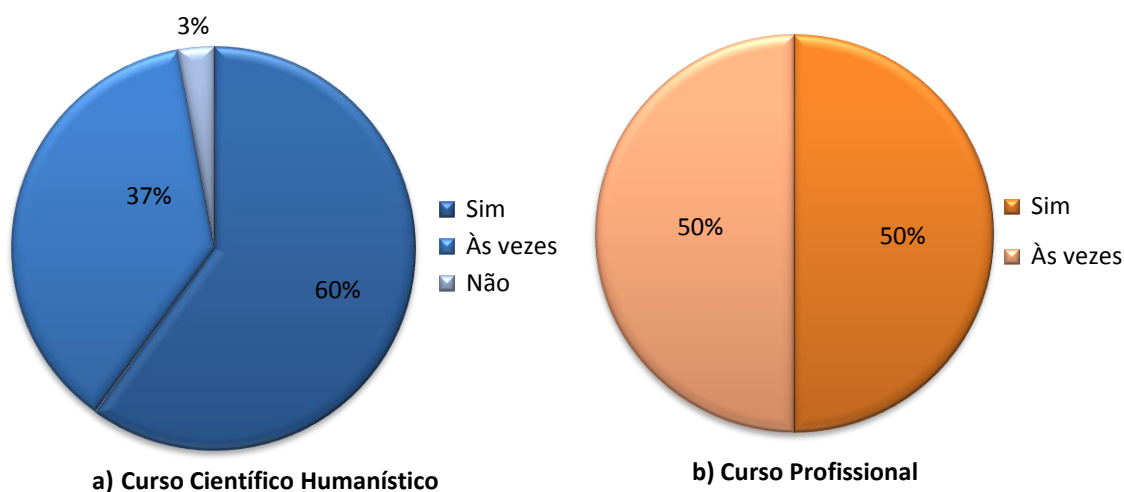


Gráfico 16 – Relação entre os alunos dos cursos profissional e científico humanístico e a referenciação das fontes das suas pesquisas.

Outra relação possível, relativa à pergunta “colocas nos trabalhos o local de onde tiras a informação”, entre as respostas efetuadas pelos inquiridos do sexo feminino, comparando com os dois tipos de ensino (Profissional e Científico Humanístico), podemos deduzir que mesmo pertencendo a diferentes tipos de ensino, as suas práticas são muito idênticas, como se verifica nos seguintes gráficos.

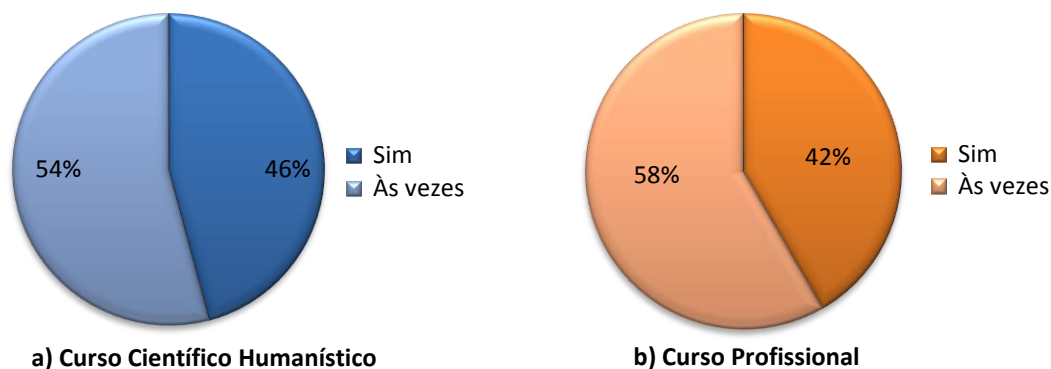


Gráfico 17 – Relação entre os alunos do sexo feminino dos cursos profissional e científico humanístico e a referência das fontes das suas pesquisas.

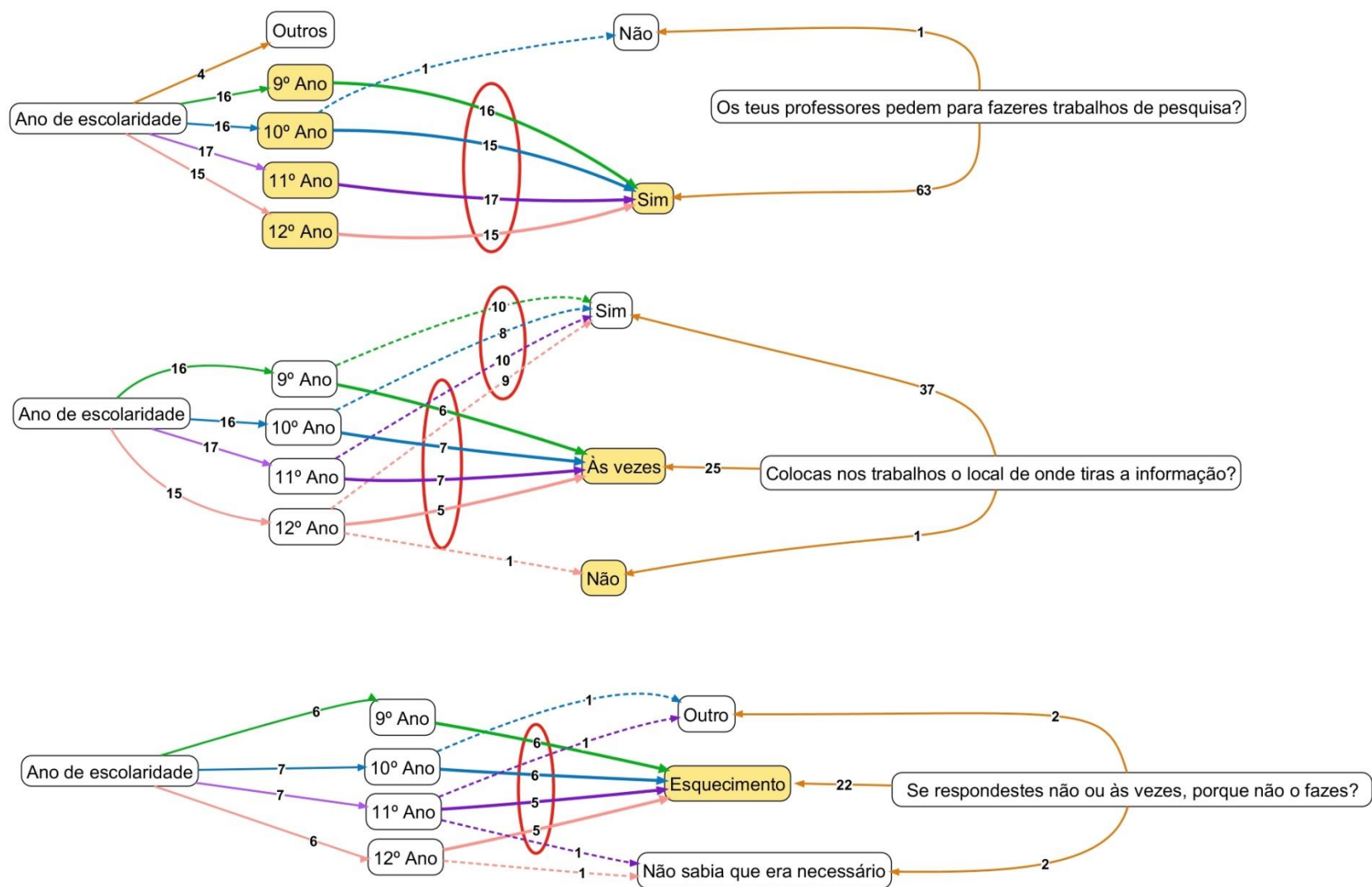
Fazendo uma análise, às questões que nos permitem saber se os professores pedem aos alunos a elaboração de trabalhos de pesquisa, se fazem referência aos locais de onde retiram a informação e quais as razões para nem sempre fazerem referência. O esquema 1 permite-nos verificar quais os comportamentos dos alunos, dos anos de escolaridade do 9º, 10º, 11º e 12º, devido à amostra ter um número de alunos semelhante, possibilitando fazer comparações, bem como suposições.

Os dados da amostra (64 alunos) mostram-nos que 63 alunos afirmaram que elaboravam trabalhos de pesquisa solicitados pelos seus professores, dos quais 16 frequentavam o 9º ano de escolaridade, 15 o 10º ano, 17 alunos o 11º ano e por fim 15 o 12º ano. Pode ainda verificar-se que desta amostra apenas 1 aluno respondeu que não lhe eram pedidos trabalhos de pesquisa. Desses 63 alunos, 37 referiram que faziam sempre referência, 25 seleccionaram a opção às vezes e 1 disse que não o fazia. Verifica-se que dos 26 alunos que nem sempre fazem referência, ou que nunca a fazem, 6 alunos são do 9º ano bem como do 12º ano de escolaridade, 7 do 10º e o mesmo número de alunos do 11º ano e 6 do 12º ano respetivamente.

Relativamente à última questão ilustrada no esquema 1, pode verificar-se que 22 alunos referiram o esquecimento como razão para a não referência, dos quais 6 alunos

frequentavam o 9º e outros 6 alunos o 10º ano de escolaridade, bem como 5 alunos frequentavam tanto o 11º como o 12º ano.

Assim com base no esquema da página seguinte, podemos concluir que os alunos não apresentam comportamentos diferenciados nos diferentes anos de escolaridade, no que diz respeito às práticas de referenciação na realização de trabalhos de pesquisa.



Esquema 1 – Relação entre o ano de escolaridade e razões para a não referência em trabalhos de pesquisa.

Conclusão

Como primeira conclusão podemos referir a importância da colaboração e interação entre os orientadores e o núcleo de estágio. De salientar a preocupação, do núcleo de estágio, na elaboração de exercícios que se aproximassem o mais possível da realidade, permitindo, na opinião dos seus membros, um aumento de interesse e o empenho, por parte dos alunos, nas aprendizagens.

O professor deve ensinar os seus alunos a planear, orientar, pesquisar, selecionar e aplicar dados, incentivando-os ao desenvolvimento do seu pensamento crítico. Igualmente deve criar as possibilidades para que os alunos sejam os construtores das suas próprias aprendizagens, despertando-lhes o interesse pela descoberta, investigação e uso das novas tecnologias.

Uma aula deve ser cuidadosamente planificada pelo professor, permitindo-lhe preparar atempadamente o material necessário. Esta serve de guia para a abordagem dos conteúdos e permite evitar desvios em relação aos objetivos definidos. Para tal, o professor tem ao seu dispor diversas ferramentas que lhe permite uma otimização e indicação de como está planeada uma aula, como é o caso do mapa Mental e de *Gantt*.

A aplicação da ferramenta da *Web 2.0 WebQuest*, numa das aulas e a realização de um estudo de caso através de um inquérito, permitiu concluir que os alunos valorizam a introdução deste tipo de ferramentas na realização de exercícios, os quais 88% afirmaram que gostariam que fosse novamente aplicado.

Por outro lado, também foi possível verificar através da observação direta, que os alunos verbalizavam o gosto por outras ferramentas, como foi o exemplo do *Wix*, confirmando a opinião de Carvalho (2007) de que o professor deve selecionar a informação, conteúdos pertinentes e úteis, ferramentas com aplicação educativa, motivando os alunos para as aprendizagens.

Bibliografia

- Arends, R. (1995). *Aprender a ensinar*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Baylari, A. e Montazer, Gh. A. (2008). Design a personalized e-learning system based on item response. Elsevier, 36, pp.8013-8021.
- Cardoso, S. (2008). *O Dualismo Cultural: Os Luso-Caboverdianos entre a Escola, a Família e a Comunidade (Estudo de Caso)*, Braga: Universidade do Minho.
- Carvalho, A. (2007). *Rentabilizar a Internet no Ensino Básico e Secundário: dos Recursos e Ferramentas Online aos LMS*. Universidade do Minho, pp. 25-40.
- Carvalho, A. (2006). *WebQuests: Oportunidades para Alunos e Professores*. Actas do encontro sobre WebQuest. Braga: CIEd, pp. 8-25.
- Castells, M. (2004). *A galáxia da Internet: Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*, 1.^a edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cepeda, C. (2012). *Criança e In/Segurança na internet: estudo de caso no 3º Ciclo do Ensino Básico*. Dissertação de Mestrado. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.
- Coutinho, C. (2011). *Sociedade de Informação, do Conhecimento e da Aprendizagem: Desafios para a educação no Século XXI*. Revista de Educação, Vol. 18 (1), pp. 5-22.
- Coutinho, C. e Alves, M. (2010). *Educação e sociedade da aprendizagem: um olhar sobre o potencial educativo da Internet*. Revista de Formación e Innovación Educativa Universitaria, Vol. 3 (4), pp.206-225.
- Coutinho, C. (2008). *A influência das teorias cognitivas na investigação em Tecnologia Educativa: pressupostos teóricos e metodológicos, expectativas e resultados*. Revista Portuguesa de Educação, Vol. 21 (1), pp. 101-127.
- Cunha, A. (2008). *Ser professor - Bases de uma Sistematização Teórica*. Braga: Casa do Professor.
- Cruz, S., Junior, J., Coutinho, C. e Carvalho, A. (2007). *O blogue e o podcast para apresentação da aprendizagem com webquests*. Universidade do Minho, pp. 893-904.
- Evering, C. e Moorman, G. (2012). *Rethinking Plagiarism in the Digital Age*. Journal of Adolescent & Adult Literacy, volume 56, issue 1, pp. 35-44.
- Haigh, A. (2010). *A arte de ensinar – grandes ideias, regras simples*. Alfragide: Academia do livro.
- Justino, D. (2010). *Difícil é educa-los*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Flores, M. (2000). *A indução no ensino – Desafios e constrangimentos*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Frias, J. (2013). *A aplicação da ferramenta WebQuest na aprendizagem dos alunos*. Braga: FCS, Universidade Católica Portuguesa.
- Lima, J. e Capitão, Z. (2003). *E-Learning e E-Conteúdos. Aplicações das teorias tradicionais e modernas de ensino e aprendizagem à organização e estruturação de e-cursos*. Lisboa. Centro Atlântico.
- Marques, R. e Roldão, M. (1999). *Reorganização e gestão curricular no ensino básico. Reflexão participada*. Porto: Porto Editora, pp. 11-21.
- Munhoz, A. e Diniz, D. (2011). *Nem tudo é plágio, nem todo plágio é igual: infrações éticas na comunicação científica*. *Argumentum (Vitória)*, v. 3, pp. 50-55.
- Ponte, J. (2000). *Tecnologias de Informação e Comunicação na formação dos professores: que desafios?*. *Revista Ibero-Americana de Educação*, 63-90.
- Roldão, M. (1999). *Os professores e a Gestão do Currículo: Perspectivas e Práticas em Análise*. Porto: Porto Editora.
- Romeiro, I. (2002). *Apontamentos de um “Aprendiz de Professor”*. Instituto de Inovação Educacional, 1ª Edição.
- Sarmiento, F., Miranda, A. e Ramos, I. (2005). *Algumas considerações sobre as principais declarações que suportam o movimento Acesso Livre*, pp.20-23.
- Silva, A. (2009). *Processos de ensino-aprendizagem na era digital*. Universidade Aberta, pp. 1-12.
- Silva, M. (2010). *O processo de pesquisa da informação, como pesquisa estruturada: da desordem à ordem cognitivas*. Funchal. Universidade da Madeira.
- Teodoro, A. (2006). *Professores para quê – Mudanças e Desafios na Profissão Docente*. Porto: Profedições.
- Terra, A. e Sá, S. (2012). *Tudo o que vem à rede é peixe? A credibilidade da informação na web*. Instituto Politécnico do Porto, pp. 1-7.
- Valdemar, A. (2012). *Plágio em contexto escolar: Estudo de caso de uma escola do ensino secundário*. Instituto Politécnico de Bragança, pp. 1-112.

Anexos

Anexo I

Inquérito sobre a prática de plágio em contexto educativo

Preciso da tua opinião...

Este inquérito pretende verificar a prática do plágio em trabalhos escolares por alunos do Agrupamento. O inquérito é anónimo e confidencial. Desde já obrigado pela participação.

*Obrigatório

1. **Qual a tua idade? ***

2. **Qual o teu ano de escolaridade? ***

3. **Sou do sexo: ***

Masculino

Feminino

4. **Sou da escola: ***

Escolha uma das seguintes respostas

Básica de Coja

Básica Arganil

Secundária de Arganil

5. **Estou a frequentar o: ***

Escolha uma das seguintes respostas

2º ciclo

3º ciclo

CEF

Curso profissional

Curso Científico Humanístico

6. Tens Internet em casa? *

Escolha uma das seguintes respostas

Sim

Não

7. Os teus professores pedem para fazeres trabalhos de pesquisa? *

Sim

Não

8. Se Sim, onde fazes as tuas pesquisas?

Google

Wikipédia

Yahoo

Outros

9. Colocas nos trabalhos o local de onde tiras a informação?

Escolha uma das seguintes respostas

Sim

Às vezes

Não

10. Se respondestes não ou às vezes, porque não o fazes?

Esquecimento

Não sabia que que era necessário

Quando retiro alguma coisa da Internet passa a ser meu

Outra: _____

11. Já ouviste falar em plágio? *

Escolha uma das seguintes respostas

Sim

Não

12. **Se respondestes sim, achas que estás informado sobre o que é o plágio? ***

Escolhe o nível da escala que mais se ajusta à tua situação

1 2 3 4 5

Nada informado Muito bem informado

13 **Para ti o que é plágio?**

- É roubar a ideia do outro e dizer que é sua.
- É fazer os trabalhos com a informação que encontras na Internet sem dizer de onde.
- É copiar qualquer tipo de informação sem dizer de onde foi tirada.
- Uso das teclas "Ctrl" e "C" para copiar do site da Internet e "Ctrl" e "V" para colar no trabalho de pesquisa
- Outra: _____

14 **Com que frequência recorres ao plágio para realizares os teus trabalhos escolares?**

Escolha uma das seguintes respostas

- Nunca
- Raramente
- Por vezes
- Frequentemente
- Sempre

15 **Quais as causas que te levam a recorrer ao plágio?**

Apenas se respondeste afirmativamente à questão anterior.

- Falta de tempo para a realização de leituras
- Falta de tempo para a realização de pesquisas
- Falta de ideias para realizar o trabalho
- Outra: _____

Anexo II

Respostas do Inquérito

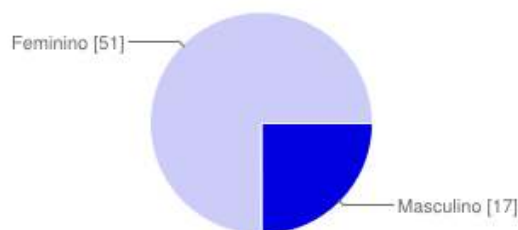
Qual a tua idade?

15	16	17	19	17	15	17	17	17	17	17	15	14	16	12	14	16	18	16
18	15	17	19	15	17	17	18	15	17	16	14	16	16	15	15	18	19	17
16	14	18	17	18	20	19	18	16	18	15	16	15	14	17	18	17	16	18
16	19	16	17	17	17	13	14	16	15	15								

Qual o teu ano de escolaridade?

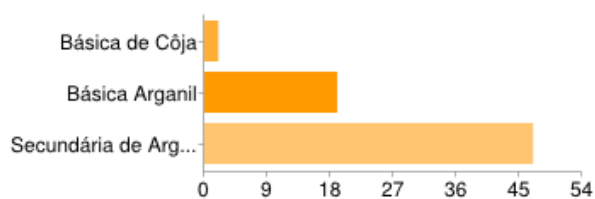
9º	11º	11º	12º	12º	11º	10º	10º	11º	12º	11º	10º	9º	9º	6º	9º	10º	12º	9º
10º	8º	10º	12º	9º	11º	12º	11º	9º	10º	9º	9º	10º	10º	9º	9º	11º	12º	11º
9º	9º	11º	11º	12º	12º	12º	10º	11º	10º	10º	10º	9º	9º	11º	11º	12º	10º	9º
12º	10º	12º	11º	11º	12º	12º	7º	8º	11º	10º								

Sou do sexo:



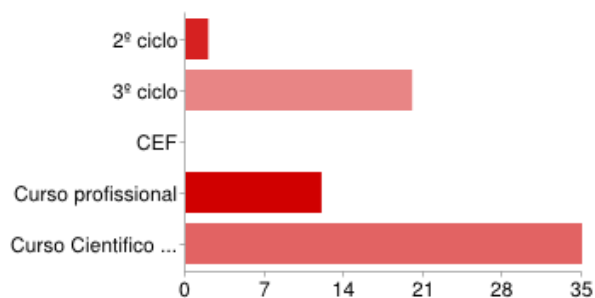
Masculino	17	25%
Feminino	51	75%

Sou da escola:



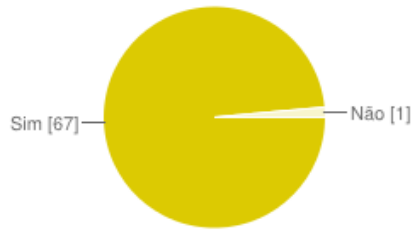
Básica de Côja	2	3%
Básica Arganil	19	28%
Secundária de Arganil	47	69%

Estou a frequentar o:



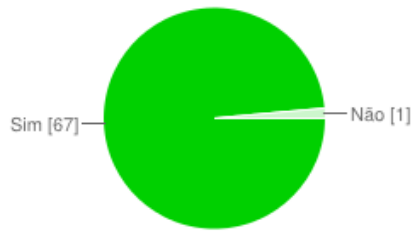
2º ciclo	2	3%
3º ciclo	20	29%
CEF	0	0%
Curso profissional	12	17%
Curso Científico Humanístico	35	51%

Tens Internet em casa?



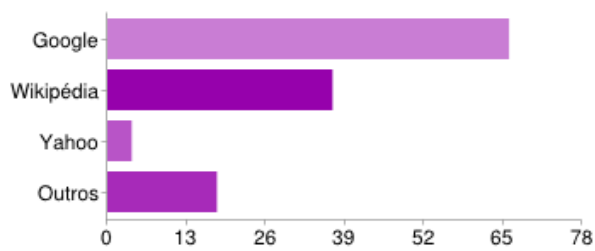
Sim	67	99%
Não	1	1%

Os teus professores pedem para fazeres trabalhos de pesquisa?



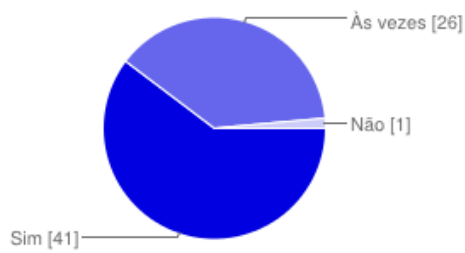
Sim	67	99%
Não	1	1%

Se Sim, onde fazes as tuas pesquisas?



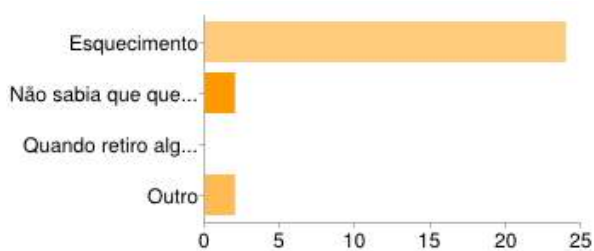
Google	66	53%
Wikipédia	37	30%
Yahoo	4	3%
Outros	18	14%

Colocas nos trabalhos o local de onde tiras a informação?



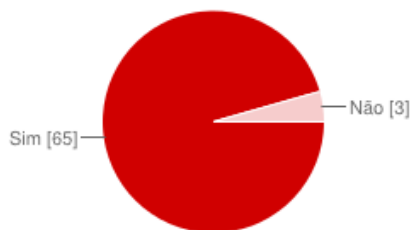
Sim	41	60%
Às vezes	26	38%
Não	1	1%

Se respondesses não ou às vezes, porque não o fazes?



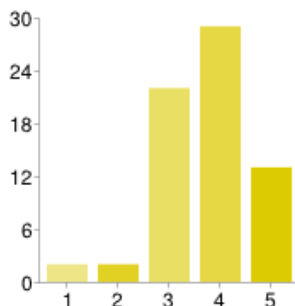
Esquecimento	24	86%
Não sabia que que era necessário	2	7%
Quando retiro alguma coisa da Internet passa a ser meu	0	0%
Outro	2	7%

Já ouviste falar em plágio?



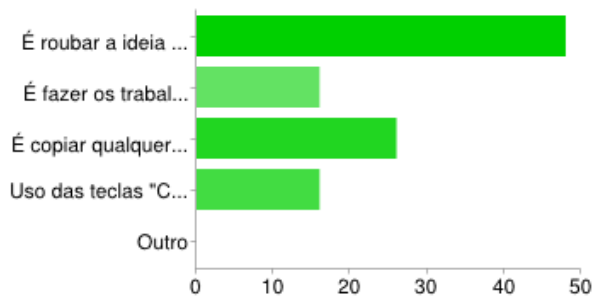
Sim	65	96%
Não	3	4%

Se respondesses sim, achas que estás informado sobre o que é o plágio?



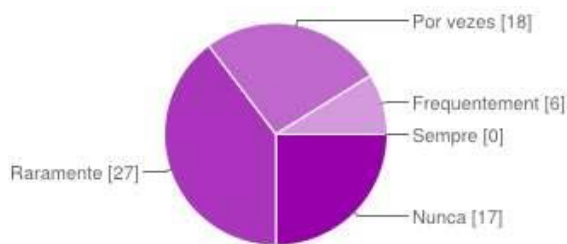
1	2	3%
2	2	3%
3	22	32%
4	29	43%
5	13	19%

Para ti o que é plágio?



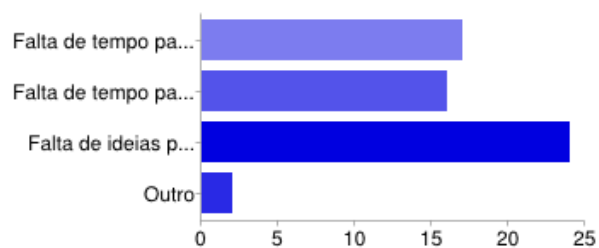
É roubar a ideia do outro e dizer que é sua.	48	45%
É fazer os trabalhos com a informação que encontras na Internet sem dizer de onde.	16	15%
É copiar qualquer tipo de informação sem dizer de onde foi tirada.	26	25%
Uso das teclas "Ctrl" e "C" para copiar do site da Internet e "Ctrl" e "V" para colar no trabalho de pesquisa	16	15%
Outro	0	0%

Com que frequência recorres ao plágio para realizares os teus trabalhos escolares?



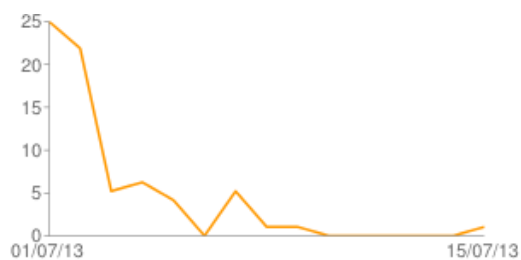
Nunca	17	25%
Raramente	27	40%
Por vezes	18	26%
Frequentemente	6	9%
Sempre	0	0%

Quais as causas que te levam a recorrer ao plágio?



Falta de tempo para a realização de leituras	17	29%
Falta de tempo para a realização de pesquisas	16	27%
Falta de ideias para realizar o trabalho	24	41%
Outro	2	3%

Número de respostas diárias



Anexo III



AGRUPAMENTO
DE ESCOLAS DE
ARGANIL

Núcleo de Estágio de Informática

Plano de Atividades

PROFESSORES ESTAGIÁRIOS:

António Gomes

Joaquim Frias

Sílvia Silva

ORIENTADOR COOPERANTE:

Mestre Nelson Ferreira

ORIENTADOR CIENTIFICO:

Professor Doutor Francisco Restivo

Horários do Núcleo de Estágio

Horário do Núcleo de Estágio do Agrupamento de Escolas de Arganil – António Gomes					
Tempos Letivos	Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira
08.30 - 09:15					
09:15 - 10:00					
10.15 - 11:00					
11:00 - 11:45				Aula 10º D	
11:55 - 12:40	Reunião do Núcleo			Aula 10º D	
12:40 - 13:25	Apoio PAP 12º				
13:25 - 14:10		Aula 10º D		PTE	
14:25 - 15:10	PTE	Aula 10º D		PTE	
15:10 - 15:55	PTE	PTE		PTE	
16:00 - 16:45	Apoio PAP 12º			PTE	
16:45 - 17:30	Apoio PAP 12º				

Legenda:

TEMPOS LETIVOS	TEMPOS NÃO LETIVOS
----------------	--------------------

Horário do Núcleo de Estágio do Agrupamento de Escolas de Arganil – Joaquim Frias					
Tempos Letivos	Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira
08.30 - 09:15	PTE		PTE		
09:15 - 10:00	Aula 10º F		PTE		
10.15 - 11:00	Aula 10º F		PTE		
11:00 - 11:45	PTE		PTE		
11:55 - 12:40	Reunião do Núcleo		Aula 10º F		
12:40 - 13:25	PTE		Aula 10º F		
13:25 - 14:10					
14:25 - 15:10					
15:10 - 15:55					
16:00 - 16:45					
16:45 - 17:30					

Legenda:

TEMPOS LETIVOS	TEMPOS NÃO LETIVOS
----------------	--------------------

Tempos Letivos	Horário do núcleo de Estágio do Agrupamento de Escolas de Arganil – Sílvia Silva				
	Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira
08.30 - 09:15				Aula 10º E	
09:15 - 10:00				Aula 10º E	
10.15 - 11:00				PTE	
11:00 - 11:45				PTE	
11:55 - 12:40	Reunião Núcleo			PTE	
12:40 - 13:25	PTE				
13:25 - 14:10				PTE	
14:25 - 15:10	PTE			PTE	
15:10 - 15:55	PTE			PTE	
16:00 - 16:45	Aula 10º E			PTE	
16:45 - 17:30	Aula 10º E				

Legenda:

TEMPOS LETIVOS TEMPOS NÃO LETIVOS

Data	Atividade	Descrição
5 setembro de 2012	Formação inicial de Sumários - WebUntis	Formação a professores do 1º Ciclo e a novos docentes no Agrupamento no sistema de sumários / marcação de faltas de alunos.
5 setembro de 2012	Formação inicial Moodle – Gestor de Atividades e Recursos Educativos	Formação a professores de todos os departamentos do Agrupamento na utilização do programa de criação e gestão de atividades para o Plano Anual de Atividades do Agrupamento.
15 outubro de 2012	Início das atividades de estágio no Agrupamento	Primeira aula assistida, lecionada pelo orientador cooperante.
19 novembro de 2012	Reunião com o Orientador Científico e Orientador Cooperante	Definição de tarefas e datas.
26 novembro de 2012	Workshop de criação de correio eletrónico a Pais/Encarregados de Educação de uma escola do Agrupamento	Criação de correio eletrónico por parte dos Pais/Encarregados de Educação para uma maior aproximação ao Agrupamento.
Ao longo do estágio	Construção de sala de Informática Open Source	Instalação de raiz e montagem de equipamentos para uma sala de Informática.
21 janeiro de 2013	Primeira Aula Assistida	Aula sobre Base de dados – Relacionamento de tabelas.
06 março de 2013	Entrega do Relatório de Progresso	
13 março 2013	Defesa do Relatório de Progresso	Apresentação e defesa do relatório de progresso.
De 1 de abril a 31 de maio	Apoio na PAP dos alunos do 12ºE	Apoio na elaboração de uma base de dados para controlo de material escolar, para funcionários e professores.
11, 12 e 13 de Abril 2013	Jornadas de Informática	Apresentação do artigo submetido.
8 e 9 maio 2013	Segunda Aula Assistida	Aula sobre Criação de Páginas Web - BlueGriffon.
13 e 14 de maio 2013	Terceira Aula Assistida	Aula sobre Criação de Páginas Web - Wix.
8, 15, 22 e 29 de maio 2013	Ferramentas online de consulta, partilha e organização de informação	Workshop de 5 horas a desenvolver por cada um dos elementos (Firefox – utilização avançada - António Gomes; Partilha e Edição Online de Documentos - Sílvia Silva; Agregador de notícias - Joaquim Frias)
18 abril a 08 de junho 2013	Formação Excel para Professores (50 Horas)	O Excel: Apoio à atividade docente.